

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

MITCHELLY FERREIRA CARNEIRO DA CUNHA MORAES

**EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: da Lei 10.639/03 à atualidade e seus
impactos no Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Antônia do
Socorro Silva Machado em Paratibe, João Pessoa/PB**

JOÃO PESSOA- PB

2017

MITCHELLY FERREIRA CARNEIRO DA CUNHA MORAES

EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: da Lei 10.639/03 à atualidade e seus impactos no Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Antônia do Socorro Silva Machado em Paratibe, João Pessoa/PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência para obtenção do certificado de Especialista em Educação do Campo, pela Universidade Federal da Paraíba, Campus I.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira

JOÃO PESSOA-PB
2017

M837e Moraes, Mitchelly Ferreira Carneiro da Cunha.

Educação quilombola: da Lei 10.639/03 à atualidade e seus impactos no projeto político pedagógico da Escola Municipal Antônia do Socorro Silva Machado em Paratibe, João Pessoa/PB / Mitchelly Ferreira Carneiro da Cunha Moraes. – João Pessoa: UFPB, 2017.

35f. : il.

Orientadora: Ana Paula Romão de Souza Ferreira
Trabalho de Conclusão de Curso (especialização em Pedagogia do Campo) – Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Lei 10.639/03 - contexto histórico. 2. Formação quilombola.
3. Educação quilombola. I. Título.

UFPB/CE/BS

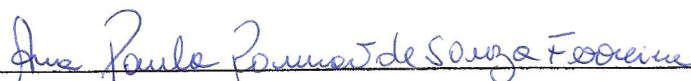
CDU: 37.07(043.2)


MITCHELLY FERREIRA CARNEIRO DA CUNHA MORAES

EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: DA LEI 10.639/03 À ATUALIDADE E
SEUS IMPACTOS NO PROJETO POLITICO PEDAGOGICO DA
ESCOLA MUNICIPAL ANTÔNIA DO SOCORRO SILVA MACHADO
EM PARATIBE, JOÃO PESSOA/PB

Aprovado em: 13 / Dezembro / 2017

BANCA EXAMINADORA:


Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Paula Romão de S. Ferreira/UEPB


Prof.^a Ma. Iany Elizabeth da Costa/UEPB
Examinador

Prof. Dr Waldeci Ferreira Chagas/UEPB
Examinador

Ó mãe Africa
Vem lembrar seu cativo
Olha só o meu tambu
Ai o meu tambu
Como chora candongueiro
De tanto soluçar, soluçar, soluçar
Vai molhar o meu terreiro.

Autor: Totonho 28/06/2003

Letra de Jongô, memória da escravidão.

Dedicatória

Dedico este trabalho a minha orientadora Ana Paula Romão, ao meu namorado Professor Thiago Cavalcanti, a minha mãe Maria José Ferreira e aos meus ancestrais trazidos da África.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e aos Orixás porque sem eles eu não teria conseguido;

À minha mãe Maria José Ferreira, ao meu padrasto Valdo Neves e a toda a minha família pelo apoio e ajuda;

Ao meu companheiro Thiago Cavalcanti pelo apoio e ajuda nas horas que mais precisei;

À minha orientadora, à Prof. Dra. Ana Paula Romão, ao Professor Dr. Waldecir Ferreira que estiveram na banca de qualificação e que contribuíram para a continuidade da pesquisa. Obrigada pelo carinho e atenção disponibilizada;

Às companheiras e companheiros, amigos e amigas que fizeram parte desta jornada e que choraram, se angustiaram e sorriram nas trocas e parcerias desta jornada, por me motivar nos momentos de entaves não me deixando desistir, dedicando carinho, atenção, palavras de confiança e por acreditar nos meus sonhos;

À minha comadre e amiga Iany Elizabeth da Costa pelo apoio e ajuda na construção desse trabalho de Conclusão de curso.

Aos funcionários e professores da Escola Municipal Antônia do Socorro Silva Machado a qual eu faço parte desde o ano de 2015 e a comunidade quilombola de Paratibe pelo carinho e acolhimento.

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo investigar a Educação Quilombola: da Lei 10.639/03 à atualidade e seus impactos no Projeto Político Pedagógico da escola municipal Antônia do Socorro Silva Machado situada no Quilombo de Paratibe, João Pessoa, Paraíba. Apresentaremos as etapas pela qual a Escola percorreu para chegar até sua configuração atual. E, a partir disso, procuramos compreender os seguintes questionamentos: como a Lei 10.639/03 vem sendo trabalhada na Escola? Como foi a construção do PPP da Escola? Quais motivos levaram os professores a exigirem a Formação Específica para a Escola? Nesta perspectiva, analisamos o PPP atual da escola e diagnosticamos os aspectos que dificultam o trabalho do educador. Os procedimentos metodológicos se deram da seguinte forma: Pesquisa de levantamento bibliográfico que enfatize a Educação de Remanescentes de Quilombolas.

Palavras chave: Lei 10.639/03 – Contexto Histórico. Formação Quilombola. Educação Quilombola.

ABSTRACT

This monograph aims to investigate Quilombola Education: Law 10.639 / 03 to the present time and its impacts on the Political Pedagogical Project of the municipal school Antônia do Socorro Silva Machado located in Quilombo de Paratibe, João Pessoa, Paraíba. We will present the stages by which the School scroll to your current setting. And from this we try to understand the following questions: how is Law 10.639 / 03 being worked in the School? How was the construction of the PPP of the School? What reasons led the teachers to demand the Specific Training for the School? In this perspective, we analyze the current PPP of the school and diagnose the aspects that hinder the work of the educator. The methodological procedures were as follows: Survey of bibliographical survey that emphasizes the Education of Quilombolas Remnants.

Keywords: Law 10.639 / 03 - Historical Context. Quilombola Formation. Quilombola Education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 A HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL.....	11
3 A HISTÓRIA DOS QUILOMBOS.....	13
3.1 SÍNTESE HISTÓRICA DO QUILOMBO DE PARATIBE.....	13
4 A LEGISLAÇÃO ÉTNICA RACIAL A PARTIR DA LEI 10.639/03.....	15
5 A HISTÓRIA DA ESCOLA QUILOMBOLA DE PARATIBE.....	19
5.1. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA.....	20
5.2. O PPP DA ESCOLA NA ATUALIDADE.....	23
6 A IMPOTÊNCIA DE UMA FORMAÇÃO QUILOMBOLA.....	25
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS.....	28
ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

O meu interesse pelo tema em que venho desenvolver nessa monografia sobre a Educação Quilombola e a aplicação da Lei 10.639/03 na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Antônia do Socorro Silva Machado vem, primeiramente, da minha formação em Pedagogia com Aprofundamento em Educação do Campo pela Universidade Federal da Paraíba (2014) e em segundo lugar por trabalhar na referida escola como professora da educação básica que sempre busca e defende uma educação igualitária e que venha promover a igualdade cultural e racial na referida escola, lutando pelo direito dos povos quilombolas a uma educação de qualidade.

Esta monografia tem como objetivo investigar os impactos da Lei 10.639/03 para uma Educação Quilombola de Qualidade na Escola Municipal Antônia do Socorro Silva Machado, tendo em vista que a mesma está situada no Quilombo de Paratibe, no município de João Pessoa/PB, na qual são atendidos crianças, adolescentes e adultos da comunidade. A escola possui uma trajetória de luta e resistência. Localizada em terras que foram doadas por uma mulher negra, remanescente de quilombola e professora que hoje é homenageada pela escola que leva o seu nome.

Apresentaremos as etapas pela qual a Escola percorreu para chegar até sua configuração atual. E a partir disso procuramos compreender os seguintes questionamentos: como a Lei 10.639/03 vem sendo trabalhada na Escola? Quais motivos levaram os professores a exigirem uma Formação Específica para a Escola? E quais as dificuldades que os professores tiveram para a construção do PPP da Escola? Nesta perspectiva, analisamos o perfil dos estudantes; investigamos as práticas pedagógicas da Educação Quilombola desta unidade de ensino; e diagnosticamos os aspectos que dificultam o trabalho do educador.

Os procedimentos metodológicos se deram da seguinte forma: Pesquisa de levantamento bibliográfico que enfatize a Educação de Remanescentes de Quilombolas e autores que trabalhem diretamente a educação negra a partir da Lei 10.639/03 e a análise dos Projetos Políticos Pedagógicos antes e depois da aplicabilidade da Lei, buscando perceber como ela é aplicada na escola e como é a

formação continuada de professores que possam atuar na escola.

Minha experiência como aluna na graduação em Pedagogia com Aprofundamento em Educação do Campo permitiu-me ser sujeito e *interlocutora* ao mesmo tempo neste espaço de formação, o que despertou preocupações com o lugar do aluno quilombola, conseqüentemente, com suas formas de produção discursiva. Este percurso me levou, na produção do trabalho de conclusão de curso, a analisar e comparar os Projetos Político Pedagógico e na aplicação da Lei 10.639/03 para a construção das identidades culturais do alunado para a promoção da cultura negra do Brasil.

Vale salientar, que compreendo que nesse Curso de Especialização em Educação do Campo estamos contribuindo com um olhar analítico sobre alguns aspectos da Educação Escolar Quilombola, trazendo concepções sobre esse importante sujeito do campo – quilombola – tecendo, portanto, uma tessitura entre a educação do campo e a educação específica para os sujeitos educandos que são assistidos na referida escola, situada em área urbana, mas que trazem suas múltiplas identidades de relação ancestral com suas raízes africanas e suas territorialidades.

Este trabalho monográfico está organizado da seguinte forma: Além dessa introdução, no primeiro capítulo falamos sobre a história da escravidão no Brasil do seu início desde a chegada dos portugueses até seu final em 1888.

No segundo capítulo iremos fazer uma síntese histórica dos quilombos e em especial a do quilombo de Paratibe.

No terceiro capítulo iremos abordar a legislação étnica racial a partir da Lei 10.639/03 que se encontra presente tanto no Projeto Político Pedagógico da Escola quanto no Projeto Quilombola ajudando à comunidade a preservação e ao resgate da sua cultura.

No quarto capítulo faremos a caracterização da escola falando sobre a sua estrutura e seu funcionamento analisará ainda o Projeto político Pedagógico da Escola Antônia do Socorro na atualidade. Além das considerações finais, bibliografias e anexos.

2 A HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL

Os primeiros seres humanos capturados no Brasil para escravidão foram os indígenas, Os portugueses em busca de matérias que dessem lucros acharam na extração de pau-brasil, a oportunidade de lucro, uma vez que dela se podia extrair um corante que era muito valorizado na Europa.

Inicialmente as relações entre povos nativos e portugueses eram “amigáveis” e tinha por base o escambo, a troca do trabalho indígena por objetos portugueses de pouco valor. Os índios cortavam e transportavam até as caravelas os troncos do pau-brasil e outros bens naturais em troca de bugigangas. O colonialismo estava ancorado numa perspectiva de aculturação dos povos indígenas e, por essa razão, buscaram aproximações através de trocas materiais.

Porém, essa troca não durou muito tempo, pois os indígenas perderam o interesse como escreve Pinsky (2000, p. 17);

Enquanto os produtos oferecidos pelos portugueses atraíam os índios, o sistema de troca funcionava bem: o pau-brasil e os alimentos desejados eram conseguidos. Seja, porém, pelo ritmo de trabalho dos índios, seja pelo seu desinteresse total em servir os portugueses uma vez satisfeitos à curiosidade pelos produtos europeus, o escambo não mais resolvia a necessidade dos comerciantes lusitanos.

A história do negro no Brasil é marcada por vários acontecimentos que se originaram no Continente Africano. Nesse Continente, o processo de escravização dos negros foi ocorrendo, na medida que o colonizador propôs ou impôs à mercadorização de seres humanos que estavam na condição de prisioneiros, por causa das guerras ou conflitos tribais, assim eles foram trazidos ao Brasil pelos portugueses, em condições subhumanas, no intuito de suprir a mão-de-obra escrava escassa na exploração das riquezas.

Efetivamente em 1530 ocorre a ocupação do território brasileiro para a exploração e foi implantada a monocultura da cana-de-açúcar em divisões de terras, conhecido como plantation¹² exigindo a substituição do tipo de mão-de-obra.

Pinsky (2000) fala que alguns fatores levaram a substituição do trabalho escravo indígena pela força de trabalho negra, como a baixa densidade demográfica das populações

indígenas, as resistências indígenas em serem escravizadas, a baixa resistência às doenças transmitidas pelos europeus.

A Igreja Católica teve sua parcela de culpa na escravidão, pois com relação à escravidão dos negros, a Igreja Católica se omitiu, pois, a influência do islamismo no norte do continente africano aliada ao misticismo nato destes povos, fez com que a Igreja Católica visse os negros como seres sem alma fazendo assim da escravidão como uma forma remição dos pecados.

Apesar da situação degradante que os europeus e, sobretudo, os portugueses impuseram aos negros, a escravidão não era algo novo para as nações africanas como retrata o documentário *O Povo Brasileiro* (2000) baseado na obra de Darcy Ribeiro.

A África era continente de escravos e de senhores de escravos. No reino do Congo a aristocracia empregava escravos na cultura dos campos. Entre os negros haussás, escravos negros eram comprados e vendidos, usados de soldados, lavradores e servindo ainda como moeda para transações comerciais. Assim quando os europeus e africanos se encontraram, ambos sabiam muito bem o que era escravidão.

Os escravos eram bastante valiosos para sociedade escravocrata e não eram vistos como seres humanos, apenas como meras mercadorias ou objetos. No Brasil, os escravos possuíam utilidades múltiplas, ao ponto de que eles “(...) podia ser vendido, trocado, emprestado, alugado, doado, e dentro do Direito, podia ser penhorado, servir de embargo, depósito, adjudicação, etc.”. (OLIVEIRA et al, 2009, s/p).

O tratamento dado aos escravos eram os mais ultrajantes possíveis. Existem relatos de torturas, humilhações e vários assassinatos de escravos como nos relata Ribeiro (1995, p. 119-120):

Sem amor de ninguém, sem família, sem sexo que não fosse à masturbação, sem nenhuma identificação possível com ninguém – seu capataz podia ser um negro, seus companheiros de infortúnio, amigos –, maltrapilho e sujo, feio e fedido, perebento e enfermo, sem qualquer gozo ou orgulho do corpo, vivia a sua rotina. Esta era sofrer todo o dia o castigo diário das chicotadas soltas, para trabalhar atento e tenso. Semanalmente vinha um castigo preventivo, pedagógico, para não pensar em fuga, e, quando chamava atenção, recaía sobre ele um castigo exemplar, na forma de mutilações de dedos, do furo dos seios, de queimadura com tição, de ter todos os dentes quebrados criteriosamente, ou dos açoites no pelourinho, sobre trezentas chicotadas de uma vez, para matar, ou cinquenta chicotadas diárias, para sobreviver. Se fugia e era apanhado, podia ser marcado com ferro e brasa, tendo um tendão cortado, viver peado com uma bola de ferro, ser queimado vivo, em dias de agonia, na boca da fornalha ou, de uma vez só, jogado nela para arder como um graveto oleoso. O Brasil ainda sustenta o título de ser o país mais antigo no tráfico de escravos.

No ano de 1888 deu-se o fim do regime de escravidão no Brasil. No dia 13 de maio de 1888, a princesa Isabel assinava a Lei Áurea, que colocava fim à escravidão no país. Essa medida beneficiou uma grande quantidade de escravos que ainda existia no país. Por outro lado, essa mesma medida incomodou os vários proprietários de terra que ainda dependiam da exploração do trabalho escravo para produzirem gêneros agrícolas em suas propriedades. Contudo, não podemos achar que a escravidão acabou no Brasil do dia para a noite.

3 A HISTÓRIA DOS QUILOMBOS

Os Quilombos surgiram no Brasil como espaço de resistência, o termo “quilombo” é originário da língua banto, *kilombo*, e significa povoação ou fortaleza. No país, eram os locais de refúgio dos índios, brancos pobres e escravos fugidos de engenhos e fazendas durante o período colonial e imperial. Nesses locais, os escravos passavam a viver em liberdade, criando novas relações sociais. Muitos quilombos existiram no Brasil e centenas deles ainda existem, formando o que hoje é chamado de comunidades quilombolas.

Os Quilombos são grupos étnicos, rurais ou urbanos, predominantemente constituídos pela população negra, que se definem como tal a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias (INCRA, 2010). Essas pessoas têm em comum o fato de que não aceitavam o tratamento desumano dado a eles nas senzalas, sua formação foi durante o período em que o Brasil se valia do sistema escravocrata ou logo após a abolição para sustentar sua economia, que tinha por base o cultivo da cana-de-açúcar e outras monoculturas.

Antigamente os quilombos eram representados apenas como um local de ajuntamentos de negros fugidos dos engenhos. Hoje se sabe que quilombos além de um lugar de resistência é um espaço de afirmação da identidade negra brasileira na Diáspora. “É um espaço onde se tem vivências coletivas e estão diretamente ligadas à ancestralidade, sendo de grande valor, pois é a terra aonde seus ancestrais viviam” (MOURA, 1997, *apud* DHQ, 2006). É a terra e na terra que desenvolveram todas as atividades da vida, é onde plantam e colhem o fruto do seu trabalho e é, também, onde marcaram a sua história” (Idem, *ibid*).

Sendo assim o quilombo nos remete à ideia de resistência à escravidão e às discriminações dela resultantes. Localizados em locais de difícil acesso, os quilombos resistiram e manifestamente se rebelaram contra o aparelho repressivo colonial e contra a submissão a cativos, formando territórios independentes onde a liberdade.

3.1. SINTESE HISTÓRICA DO QUILOMBO DE PARATIBE

Uma comunidade rural localizada em Paratibe, no bairro de Valentina, em João Pessoa, possui aproximadamente 120 famílias remanescentes dessa população originária do período escravocrata. Quando os primeiros habitantes do quilombo se estabeleceram em Paratibe, eles sobreviviam da coleta de frutos, do caranguejo, do marisco, plantio de roças, extração de lenha, da carvoaria, caça e pesca.

Estudo realizado pela antropóloga Ronizia Gonçalves, do INCRA/PB verificou-se que a comunidade possui mais de 200 anos, tendo ocupado a região onde se instalou ainda antes da promulgação da Lei Áurea, sem a abolição da escravatura (GONÇALVES, 2011).

A Comunidade de Paratibe recebeu a certidão de auto-reconhecimento emitida pela Fundação Cultural Palmares em julho de 2006 e requereu a abertura do processo para a regularização de seu território junto ao Incra-PB em novembro de 2007.

Os trabalhos de campo realizados pela Fundação Palmares para a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação foram iniciados em agosto de 2008, com as primeiras coletas de dados para os relatórios antropológicos e ambientais e o reconhecimento dos limites da área identificada pelos membros da comunidade como pertencentes aos seus antepassados.

Ao longo de 2008 e de 2009, foram realizadas pesquisas bibliográficas e em arquivos públicos que comprovam a legitimidade da reivindicação da comunidade.

O primeiro registro documental até agora encontrado é datado de 1855, e foi levado a cartório por João José Pereira de Carvalho e Maria Roza da Conceição Carvalho que teriam se declarado senhores das terras de Paratibe e da Gruta.

Já no relatório de identificação e delimitação territorial da Comunidade de Paratibe apresentado pelo INCRA/PB em novembro de 2012 (GONÇALVES, 2011), a Comunidade de Paratibe é reconhecida como um quilombo, cuja suas terras foram legalizadas em 1855 depois da promulgação da Lei de Terras (1850) sendo os seus donos posseiros e analfabetos que se autodenominavam “consenhores”, existindo diversos registros sobre essa comunidade que afirmam sua posse do território e também de áreas circunvizinhas a elas denominadas de “Gruta” ou “Grotá”, “Marimbondo”, entre outras.

4 A LEGISLAÇÃO ÉTNICA RACIAL A PARTIR DA LEI 10.639/03

Com o desenvolvimento do país, a educação passou a ser pensada de forma central por um movimento de educadores denominados “Pioneiros da Educação”. Porém, não houve indícios de propostas educacionais elaboradas pelo governo que objetivassem a inclusão dos negros nos sistemas de ensino, sendo esse acesso “requisitado” durante o período republicano (ALBUQUERQUE, 2006). Assim começa um processo de reivindicações dos movimentos negros em busca de inclusão social e reconhecimento da cultura negra, que perdura por várias décadas.

O Movimento Negro no Brasil surgiu ainda de forma precária e clandestina, durante o período da escravidão. O Movimento Liberal Abolicionista passa a ganhar força, desenvolvendo a ideia de fim da escravidão e comércio de escravos. Como resultado, foi promulgado em 13 de Maio de 1888 a Lei Áurea, encerrando o longo período escravagista. A luta continuou mesmo após a abolição, na busca pela verdadeira igualdade, já que a regulamentação da Lei não assegurou de fato a igualdade entre negros e brancos fazendo infelizmente o contrário do que se esperava. O Movimento Negro crescia por todo o país com o objetivo de chamar a atenção da sociedade para a discriminação que era sofrida pela população negra e seus descendentes. Inicia-se então um novo desafio: a luta contra o preconceito e desigualdade social.

No século XX, as condições precárias em que o povo negro vivia chamava a atenção da população negra para a luta, incluindo a luta por uma educação de qualidade para essa massa, que estava à margem da sociedade e dos direitos que até então era reservados somente para os brancos.

O início da tramitação da Lei 10.639/03 ocorreu em um período de discussões sobre as políticas afirmativas, que teve seu início na Índia, mas ficou popularmente conhecido nos Estados Unidos, no início dos anos 70, que teve como resultado um conjunto de políticas que tentavam melhorar as condições de vida das minorias.

Com o fim do *Apartheid*, na África do Sul, intensificou-se a luta contra a perspectiva inerente ao processo de formulação de políticas públicas, em vários países, que foram vítimas da Diáspora. Sendo que, dessa intensificação a denúncia sobre o mito da democracia racial, na qual se propagava a ideia de que no Brasil não há preconceito racial, passou a ser discutida em diferentes espaços. Assim, “influenciado por esses acontecimentos, o Movimento Negro brasileiro, a partir de meados dos anos 1980, passa a pressionar alguns governos estaduais e municipais para implementar políticas de valorização da população negra alguns acontecimentos contribuíram para que essa temática se ampliasse e que chamasse a atenção. Vale ressaltar que no Brasil, desde 1930, o Movimento Negro formalizou à Frente Negra e já cobrava ações por parte do Estado, quanto ao racismo institucional, através de canais de uma imprensa alternativa, e em espaços diversificados, a exemplo de saraus, feiras livres, instituições públicas etc. (RODRIGUES, p.42).

Em 1970 há a preocupação, ainda que pouca, do Movimento Negro em denunciar o mito da democracia racial e o ideal de branqueamento oculto nos livros didáticos e nos conteúdos escolares, preocupação que chama cada vez mais a atenção dos militantes do movimento que com o passar dos anos a educação torna-se de relevada importância.

O Movimento Negro fez-se presente nas reuniões da Assembléia Nacional Constituinte e que entre outras reivindicações, pediam que a nova Constituição contemplasse a obrigatoriedade da Cultura Afro e Africana no currículo das Escolas.

O Movimento Negro no Brasil focou na reivindicação da valorização e na afirmação da identidade da população negra principalmente pela valorização da história da cultura africana. Representantes do Movimento Negro estiveram presentes em momentos importantes da política nacional, tendo participação nos preparativos da Constituinte e da Lei de Diretrizes e Bases Educação Nacional.

A emenda proposta pelo deputado Geraldo Campos, a obrigatoriedade do ensino das populações negras do Brasil deixa de ser contemplada no texto final da Constituição, como foi reivindicado por representantes do Movimento Negro, na “Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias” que dizia nos respectivos artigos:

Art.4º - A educação dará ênfase à igualdade dos sexos, à luta contra o racismo e todas as formas de discriminação, afirmando as características multiculturais e pluriétnicas do povo brasileiro. Art.5º- O ensino de “História das Populações Negras do Brasil” será obrigatório em todos os níveis da educação brasileira, na forma que a lei dispuser. (Rodrigues, p.56, 2005)

Na leitura desses artigos fica evidente a preocupação dos representantes do Movimento Negro de tornar obrigatório o ensino da cultura africana na redação da Constituição Federal. Apesar da participação e reivindicação do Movimento Negro, a redação final da Constituição Federal ficou assim:

Art.242- §1º-O ensino de história do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro. (Constituição Federal de 1988)

A representação do Movimento Negro se fez presente nas discussões da LDB pela participação da Senadora Benedita da Silva. Como mais uma vez a obrigatoriedade do ensino da cultura afro e africana não foi contemplado, as discussões no Senado Federal continuaram sendo levadas, principalmente, pelos representantes negros que também são líderes do Movimento Negro, como é o caso de Benedita da Silva e de Abdias Nascimento.

A escola é um lugar privilegiado para o resgate dessa identidade sendo um local em que o ensino da cultura africana deve estar presente.

Após a aprovação da nova LDB, iniciaram-se várias discussões sobre as Propostas Curriculares Nacionais como uma diretriz para o currículo Nacional; entre os vários temas, ficou estabelecido o tema transversal “Pluralidade Cultural”, orientando o trabalho nas escolas sobre a diversidade cultural brasileira, dando ênfase também a cultura africana, evidenciando mais um passo a frente no atendimento às reivindicações do Movimento Negro.

Pressionado por fortes mobilizações do Movimento Negro, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 20 de novembro de 1995, aprovou o Decreto que Instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial, com a finalidade de desenvolver políticas para a valorização da população negra. Nos anos noventa houve uma movimentação favorável em torno da temática, e em programar um novo currículo sobre a história da cultura negra, bem como orientar estudos de formação para os profissionais, ficando clara a importância de um debate no senado federal.

Os discursos dos parlamentares giravam em torno da valorização da história do afro-brasileiro, da importância da consciência racial para o fim do mito da democracia racial, padronização cultural, destaque as pesquisas que mostravam de miséria em que vivem os afros descendentes no Brasil. Sendo assim necessárias às Políticas de Ação Afirmativa para o povo negro.

O Projeto de Lei nº 259/1999 foi apresentado pelos deputados Sra Esther Pillar Grossi e Sr Ben-Hur Ferreira, que dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino, da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e dá outras providências”.

Outro marco importante foi à Conferência de Durban contra o Racismo ocorrida em 2001, na África do Sul que pautou o racismo e o xenofobismo presente no mundo, direcionando uma agenda para as próximas décadas de lutas contra o racismo e por políticas públicas de inclusão social e racial.

Quando se fala da importância do resgate da história da África, diz ser de relevada importância o que o Projeto também privilegia que é o da instituição do dia 20 de novembro como o “Dia Nacional da Consciência Negra” e faz uso de algumas palavras do ex-deputado e sociólogo Florestan Fernandes, que defendeu a liberdade e igualdade para todos os excluídos, inclusive, negros e índios.

No dia dezessete de agosto de mil novecentos e noventa e nove, o projeto foi aprovado de forma unânime pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto e com ausência de discussões e posições contrárias durante a tramitação, deixa claro que as ideias favoráveis às políticas afirmativas já faziam parte das discussões dos parlamentares, tanto da Câmara dos Deputados como no Senado Federal, principalmente no que diz respeito a destruição do mito da democracia racial, como resultado de uma longa trajetória de luta dos militantes do Movimento Negro.

O sancão da Lei 10.639/03 e a regulamentação da LDB 9394/96 estabelecem a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira em toda extensão do currículo escolar.

5 A HISTÓRIA DA ESCOLA QUILOMBOLA DE PARATIBE

A Escola de Ensino Fundamental Municipal Antônia do Socorro Silva Machado foi fundada no ano de 1992, e recebeu o nome da sua fundadora, que lhe concedeu o terreno e também as primeiras paredes no sítio Paratibe.

Dona Antônia do Socorro Silva Machado ou D. Toinha, como era mais conhecida, nasceu em 03 de março de 1930, no município de João Pessoa-PB, segundo Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território da Comunidade Negra de Paratibe - RTID (INCRA, 2012) foi à sexta filha do segundo casamento de Olavo Pedro da Silva com Maria Da Luz (Maria Gorda) em 1930.

Dona Antônia morou e viveu em Paratibe, seu pai seu Olavo (1905-?) foi uma referência em Paratibe: —sua família teve muita influência sobre os processos de uso, apropriação e negociação das terras. Nos anos 1950/60, era Olavo um dos que organizava o espaço territorial.

Durante muito tempo em Paratibe, D. Antônia foi à única professora, sendo responsável pela escolarização de muitos jovens, crianças e adultos, conforme aponta Joseane Pereira líder da Comunidade Quilombola de Paratibe, em entrevista concedida nos aponta que: —D. Antônia era uma excelente professora, sempre atenta, eu mesmo estudei com ela, ela ficava de olho em nós, se a gente faltava vinha na nossa casa saber o por quê?(LIMA, 2010, p.55).

Segundo Lima (2010) D. Antônia faz a doação do terreno onde atualmente funciona a escola que ela ajudou a fundar, sendo inaugurada como grupo escolar em 1972 como o nome de Grupo Escolar Municipal José Peregrino de Carvalho, no Governo Estadual de Ernani Sátyro (1971-1975), sendo obra da Gestão Municipal do prefeito Dorgival Terceiro Neto (1971-1974), tendo inicialmente quatro salas (uma diretoria, uma cantina e duas salas de aulas). Dona Antônia exerceu varias funções na escola, conforme Lima (*idem*, p.53): —ela

tinha a função de secretária e o cargo de Diretora, foi nomeada, no início, para exercer o cargo de secretária, com o número de matrícula 0038 e admitida em 04 de março de 1954.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ANTÔNIA DO SOCORRO SILVA MACHADO: A ESCOLA, FÍSICA E PROFISSIONALMENTE

Segundo dados do Projeto Político Pedagógico (PPP), 2016, ela foi construída no Território Quilombola atendendo a sua população em idade educacional. Para além, atende também a comunidade do Sítio Muçumagro, Praia do Sol, Praia Barra de Gramame, Nova Mangabeira, Parque do Sol e o Conjunto Sonho Meu.

Atualmente, a escola conta com uma estrutura de 15 salas de aulas e atende ao número de 1500 alunos, sendo deste 315 são remanescentes quilombolas, os demais pertencem aos bairros que cresceram no entorno do território quilombola, são estes: Sítio Muçumagro, Praia do Sol, Barra de Gramame, Nova Mangabeira, Parque do Sol, Conjunto Sonho Meu, nos três seguimentos educacionais oferecidos: Fundamental I, Fundamental II e a EJA Alfabetização, Ciclo I, II, III e IV.

A estrutura física assim pode ser descrita: espaços em térreo e primeiro andar, gradeados; Treze (13) salas de aulas pouco ventiladas apesar de abertas (o que as deixa muito barulhentas, pois os ruídos internos e externos registram mais de setenta e cinco decibéis, inviabilizando muitas aulas) e com problemas elétricos; Um (01) laboratório de informática (com computadores sem uso ou quase todos quebrados, ar condicionado quebrado e equipamentos de robótica em bom estado); Uma (01) biblioteca bastante abastecida de livros novos e usada (teóricos, didáticos e paradidáticos, com vários volumes desorganizados sobre cultura africana e afrobrasileira); Uma (01) Sala de direção climatizada (com armários, gela água, computador, máquina Xerox, monitor de câmeras de segurança); Uma (01) sala de professores (ventilada, com janelas e portas quebradas, com armários, estante de brinquedos e

livros desorganizados, além de geladeira)(**esta sala foi extinta para a criação de mais uma sala de aula**); Uma (01) sala de especialistas (pequena, com armários e duas mesas, sem ventilação e com luz apenas artificial); Uma (01) sala de atendimento educacional especializado (AEE – climatizada, com computadores, estantes, tapetes e brinquedos); Uma (01) cantina (dois ambientes de cozinha limpa mas pouco espaçosa e sem armários, o que obriga a guardar as panelas no chão, com fogão industrial, três freezers e pias em bom estado), ao lado de um banheiro, o que precisa mudar, para garantir segurança alimentar aos alunos; Um (01) refeitório (com mesas e bancos coletivos, espaço para refeição de aproximadamente oitenta crianças); Dezessete (17) banheiros (desses, dois (02) são adaptados para deficientes físicos, seis (06) em más condições de higiene para os alunos, dois (02) mal aparelhados na quadra, um (01) não utilizado no refeitório); Uma (01) secretaria com excesso de documentos, não mais comportados nos armários; Um (01) ginásio poli esportivo momentaneamente interditado, com iluminação precária e com refletores que podem cair a qualquer momento; Um (01) jardim frontal bem cuidado (PPP, 2016).

Sendo assim, conta, ainda, com áreas abertas mal utilizadas, principalmente um pátio com areia, descoberto, (quase que totalmente exposto a sol e chuva, exceto pelo espaço de sombra proporcionado por um cajueiro que fica ao lado da fossa do refeitório); Um (01) almoxarifado com dois ambientes não arejados; Um (01) quarto de depósito de materiais; Um (01) estacionamento com precária acessibilidade e limitação de espaço a cerca de dez carros, insuficiente para a demanda de veículos dos profissionais e visitantes;

A escola atende às modalidades de Ensino Infantil, Ensino Fundamental I e II e Educação de Jovens e Adultos (EJA) com Ciclo Alfa, Ciclos I, II, III e IV, nos turnos da manhã, tarde e noite. As vagas e matrículas estão assim distribuídas:

Série Média regulamentar de alunos Quantidade de alunos atendidos

Pré II – duas turmas mínimo 20 e máximo 25 Turma A: 30 Turmas B: 29
1º ano - duas turmas mínimo 20 e máximo 30 Turma A: 29 Turmas B: 31
2º ano - duas turmas mínimo 20 e máximo 30 Turma A: 36 Turmas B: 36
3º ano - duas turmas mínimo 20 e máximo 30 Turma A: 38 Turmas B: 38
4º ano - três turmas mínimo 30 e máximo 40 Turma A: 30 Turmas B: 28 Turmas: 30
5º anos – três turmas mínimo 30 e máximo 40 Turma A: 35 Turmas B: 34 18 Turma C: 36

6º ano – quatro turmas mínimo 30 e máximo 45 Turma A: 37 Turmas B: 39 Turmas C: 38 Turmas D: 38
7º ano – duas turmas mínimo 30 e máximo 45 Turma A: 45 Turmas B: 45
8º ano – duas turmas mínimo 30 e máximo 45 Turma A: 43 Turmas B: 42
9º ano – duas turmas mínimo 30 e máximo 45 Turma A: 31 Turmas B: 29
EJA Alfabetização mínimo 15 e máximo 35 Turma A: 21 EJA Ciclos I e II - mínimo 15 e máximo 35 Ciclo I: 29 Ciclos II: 36 EJA Ciclo III e IV -. Mínimo 20 e máximo 40 Ciclo III A: 20 Ciclos III B: 18 Ciclos IV A: 16 Ciclos IV B: 18
Fonte: Dados do PPP, 2016.

No total, a escola atendendo a 1.005 (mil e cinco) alunos regulamente matriculada. Cerca de 300 (trezentos) alunos são declarados como quilombolas, ou seja, 30% dos discentes. Porém quando falamos de alunos negros esse número sobe para 80% dos discentes matriculados, ou seja, a maioria da clientela escolar.

A escola possui em seu quadro de funcionários pessoas da comunidade quilombola a exemplo da gestora do turno da manhã Elisabeth Paixão, Joelma da Costa Santa Orientadora Pedagógica, Ivanilde Santos Alves da Silva, Jorlene Silva e Ivanilce da Silva Santos auxiliar de serviço geral, Mauricio da Silva (marido da líder quilombola) que é inspetor de alunos.

Esta realidade está permeada de conflitos e nos convida, cotidianamente, a buscar mais Formações para provocar ações e práticas visando o combate ao racismo e a luta por reconhecimento do direito e da identidade quilombola, na comunidade.

5.2 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA NA ATUALIDADE

A LDB 9.394/96 regulamenta a obrigatoriedade nos estabelecimentos de Ensino desenvolver seus Projetos Político-Pedagógicos com a participação de toda a comunidade escolar, assim como assegura a autonomia das escolas para a sua elaboração, garantindo que esses projetos sejam coerentes com a realidade socioeconômica do local em que a escola está inserida.

O Projeto Político Pedagógico não é apenas considerado como um mero documento formal, mas uma ferramenta que norteia todo o trabalho pedagógico da instituição escolar.

Além disso, o projeto político pedagógico é um documento que facilita, e serve como um registro para a escola, permitindo rever sua história além de encaminhar ações para o futuro com base em sua realidade atual e histórico-geográfica.

Na história a mudança é lenta, mas ininterrupta, e as (des) continuidades ou as rupturas da cultura humana na terra até hoje não deixam dúvidas de que o progresso floresce na diversidade e na pluralidade. Negar isso é limitar-se diante de um mundo complexo e dinâmico. A mudança não pede licença e pouco importa se ela nos desagrada. Ela acontece, muda o que parecia imutável, e em seguida deixa para Clio o registro daquilo que será visível do contrário. O tempo, senhor do tempo, joga para o esquecimento do imutável aquilo que não se dobra. É com essa consciência que surge este instrumento de mudança em nossa escola municipal Antônia do Socorro Silva Machado. Uma vez que não se pode construir escola sem um mínimo pensamento no futuro. Não se pode educar sem uma profunda, racional e crítica esperança. E também não se pode estar em atividades de ensino e aprendizagem sem a compreensão básica de que somos moldados pelo diálogo com os educando, com a comunidade, com a realidade. (PROJETO POLITICO PEDAGOGICO DA ESCOLA ANTÔNIA DO SOCORRO S. MACHADO, 2016, p.7).

O PPP da Escola Antônia não foi imposto mais sim, construído de forma coletiva, com a preocupação de ser um documento que identifica a escola e suas principais demandas sendo a base para a construção de um ambiente democrático.

Essa atitude não pode ocorrer fora de princípios democráticos que interferiram na gestão, ensino e formação de professores. Nossa tradição e estrutura política marcadas pelo autoritarismo deixaram raízes muito perversas no cotidiano de nosso micro e macro-relações de poder construídas nos discursos e posicionamentos. Ouvir o outro, garantir-lhe a fala, cumprir a vontade da maioria, tratar a criança como ser de cidadania, reconhecendo-lhe direitos... são meios básicos de se construir democracia através da escola. (PROJETO POLITICO PEDAGOGICO DA ESCOLA ANTÔNIA DO SOCORRO S. MACHADO, 2016, p.7).

Esse processo de articulação e construção contou com a contribuição da direção, supervisão e coordenação escolar onde foi colocado como importante de haver uma equipe articuladora para que tratem de questões urgentes a serem trabalhadas e resolvidas na escola. Para a elaboração do PPP da referida escola, foi necessário conhecer a realidade do aluno e sua história de vida, além do contexto socioeconômico que envolve o ambiente escolar.

A formação continuada “Saberes e Fazeres Afro-brasileiros e indígenas na sala de aula”, promovida na nossa escola pela Universidade Estadual da Paraíba e pela Secretaria Municipal de Educação, tem sido uma conquista essencial para a consolidação da Antônia do Socorro como uma escola quilombola. Afinal, quando começamos a nos preparar para o Projeto Quilombolas no ano de 2015, fomos pouco a pouco percebendo que a não se tratava apenas de mais um projeto com conteúdo diferenciado, mas de toda uma enorme gama de saberes coletivos e tradicionais, pouco sistematizados e não-canônicos. Assim, a formação tem como foco: a história da África e das populações negras e indígenas no Brasil; religiões afro-brasileiras e indígenas; culturas afro-brasileiras e indígenas; Literaturas Afro-brasileiras,

africanas e indígenas; além oficinas com os líderes comunitários e profissionais da área, somando-se a aulas de campo em outros quilombos da Paraíba. (PROJETO POLITICO PEDAGOGICO DA ESCOLA ANTÔNIA DO SOCORRO S. MACHADO, 2016, p.36).

Outro ponto que merece destaque é que se busca fundamentalmente oferecer a capacitação aos docentes em exercício a fim de buscar melhorias no ensino, ou seja, que estes profissionais possam instituir práticas capazes de potencializar os seus saberes, principalmente porque a Escola Antônia encontra-se em uma área quilombola.

6 A IMPOTÊNCIA DE UMA FORMAÇÃO QUILOMBOLA NA ESCOLA ANTÔNIA DO SOCORRO

Com a chegada dos novos concursados em 2015, onde muitos não sabiam que a escola estava em território quilombola houve a necessidade (a pedido dos recém chegados professores) e a vontade da criação de uma formação que atendesse a comunidade de remanescentes de quilombolas, pois a função docente é um trabalho que deve ir além do trato técnico em sala de aula. Trata-se de uma atividade que para atingir seu resultado final – a formação humana capaz de desenvolver nos indivíduos suas potencialidades e sua mentalidade crítica, o profissional da educação deve ter um amplo conhecimento e um significativo envolvimento com a realidade social dos seus alunos. E, portanto, a organização curricular deve dar espaço e contemplar as especificidades das comunidades atendidas.

O educador que tem área de atuação na Educação Quilombola deve fugir das práticas tradicionais de ensino-aprendizagem, pois estas não atendem aos interesses das populações que residem em áreas de quilombo; e sabemos que isso compromete completamente o desenvolvimento da prática pedagógica. Pensar apenas nos procedimentos didáticos e nos conteúdos para a educação foi um mal que durante anos nossa população negra sofreu, devido a campanhas educacionais compensatórias promovidas pelos governos durante a nossa

história. Foi preciso mobilização e luta que veio de dentro dos próprios Quilombos e outros movimentos sociais, para que os movimentos entendessem que era preciso uma educação diferenciada para as populações negras das áreas de Quilombos.

De acordo com Silva (2010) “A escola, a despeito da multiplicidade cultural que a constitui, mantém a prática centrada no modelo eurocêntrico de cultura e produção de conhecimento, não tem considerado relevante o universo ontológico do alunado afrodescendente, deixando-o à margem.”

A partir dessa necessidade de uma formação específica que contemplasse as necessidades e prioridades da comunidade quilombola e da comunidade escolar no âmbito da educação quilombola, a equipe multidisciplinar da EMEF Professora Antonia do Socorro Silva Machado em comum acordo com a representante da população quilombola de Paratibe, buscou junto a Universidade Estadual da Paraíba na pessoa do Professor Doutor Waldeci Ferreira a elaboração de um projeto para a aplicação de uma formação continuada direcionada aos profissionais da rede. Projeto este acatado e implementando desde o mês de março de 2016, e que permanece em execução de forma contínua.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação real da Lei n. 10.639/03 acontecerá por meio da prática pedagógica dos docentes, sendo estes os sujeitos da ação a ser concretizada. Com efeito, os mesmos precisam estar aptos para a realização das atividades relacionadas à temática, tendo sua formação como um diferencial para que sejam desenvolvidos trabalhos que abordem uma visão da África que atenda aos propósitos da lei e ajude no combate ao racismo.

Trabalhar a história da África é um grande desafio para os professores, pois ela deve ser ensinada de modo a valorizar a cultura dos negros e assim contribuir para acabar com a exclusão desses sujeitos em nossa sociedade. Vários fatores afetam na atuação do docente: falta de conhecimento do assunto, formação, silenciamento e um desconfortável incômodo identitário, já que os professores negros muitas vezes rejeitam seu pertencimento étnico-racial.

Na atualidade, a educação quilombola vem conquistando um importante espaço no cenário político nacional, isto vem ocorrendo, devido ao trabalho dos movimentos sociais, da mobilização dos trabalhadores do campo e da luta social. Desenvolver uma educação para as escolas quilombolas é um desafio para as políticas públicas, devido a demanda histórica por uma educação específica e diferenciada para os quilombolas.

Para aprimorar uma educação com as comunidades quilombolas e desenvolver um currículo escolar quilombola, se faz necessário reconhecer a identidade e a cultura quilombola, tais como são e perceber que elementos podem e devem ser transformados em conteúdos escolares, por tanto, com o mínimo de concordância e diálogo com essas

comunidades. É também necessário perceber como estão organizadas as escolas que atendem ou estão inseridas nos territórios quilombolas ou comunidades quilombolas.

É necessário que os educadores assumam uma postura voltada para a valorização da diversidade de culturas existentes em nossa sociedade, de forma a promover a igualdade mediante as diferenças.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

BRASIL. Senado Federal. Discurso Sr Abdias Nascimento (Bloco/PDT-RJ). 21/08/1997.

Disponível em <www.senado.gov.br/sf/atividade/Pronunciamento>.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais – Pluralidade Cultural e Orientação Sexual – Temas Transversais. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. 3ª edição Brasília, 2001.

_____. Projeto de Lei nº4.800/98. Dispõe sobre a ação civil destinada ao cumprimento da obrigação de fazer, para a preservação a honra e dignidade de grupos raciais, étnicos e religiosos. Diário da Câmara dos Deputados. Brasília,DF, 16 de outubro de 1998. p.9.

_____. Projeto de Lei nº 259/1999. Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da Rede de Ensino, da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências. Diário da Câmara dos Deputados. Brasília, DF, 20 de março de 1999.

_____. Projeto de Lei nº 259-A, de1999. Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da Rede de Ensino, da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e dá outras providências. Diário da Câmara dos Deputados. Brasília, DF, 5 de agosto de 1999.

_____. Projeto de Lei nº 259-B, de 1999. Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da rede de ensino, da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências; tendo pareceres: da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, pela aprovação (Relator: Deputado Evandro Milhomem); e da Comissão de Constituição e Justiça

e de Redação, pela constitucionalidade, juricidade e técnica legislativa, (Relator: Deputado André Benassi). Diário da Câmara dos Deputados. Brasília, DF, 09 de novembro de 2001.

____. Projeto de Lei nº 259-C, de 1999, Redação Final. Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da Rede de Ensino, da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e dá outras providências. Comissão de Constituição e Justiça e de Redação. Brasília, DF, junho de 2000.

____. Substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.800, de 1998. Inclui na Lei da Ação Civil Pública a proteção à honra e a dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos. Brasília, DF, 2005.

____. Conselho Nacional de Educação. Parecer 03/2004 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana;

____. Ministério da Educação. Resolução 01/2004 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico –Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e África.

____PPP – Projeto Politico Pedagógico.Escola Antônia do Socorro Silva Machado.2016.

Fontes Secundárias

RODRIGUES, Tatiane Cosentino . Movimento Negro no Cenário Brasileiro: Embates e Contribuições à Política Educacional nas décadas de 1980-1990. UFSC, 2005.

MUNANGA, kabengele. Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil. Belo Horizonte. Autêntica, 2004.

PEREIRA, Luena Nunes. O Ensino e a Pesquisa sobre África no Brasil e a Lei 10.639. Disponível em:. Acesso em: em 05/12/2017.

:<http://quilombosdaparaiba.blogspot.com.br/2015/05/ficha-quilombo-paratibe.html>. Acesso em 28/11/2017.

ANEXOS

Anexos I

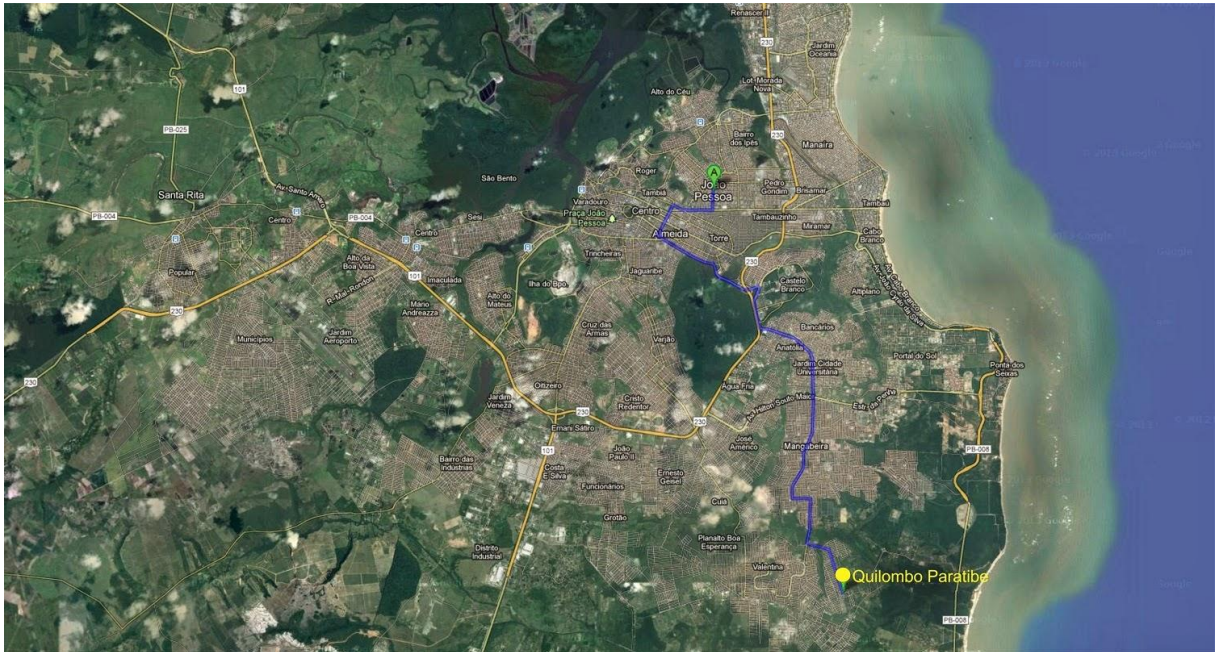


Foto aérea da distância do Quilombo de Paratibe até o centro da cidade de João Pessoa.

Fonte:<http://quilombosdaparaiba.blogspot.com.br/2015/05/ficha-quilombo-paratibe.html>. Acesso em 28/11/2017 às 18:00 horas.

Anexos II



Mapa dos quilombos reconhecidos na Paraíba. Fonte Pessoal,2016.

Anexos III



Fachada da Escola Municipal Professora Antônia do Socorro S. Machado, Bairro de Paratibe, João Pessoa-PB, Fonte: Pessoal,2015.

Anexos IV



Aula inaugural da Formação Continuada de Professores Ministrada pelo Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas(UEPB), fonte: Pessoal, 2016.

Anexos V



Formação Continuada de Professores, fonte: Pessoal, 2016.

Anexos VI



Aula Campo ao Rio do Padre, Paratibe, João Pessoa-PB, fonte: Pessoal, 2016

Anexos VII



Aluno mostrando a folha de Dendê, Bairro de Paratibe, João Pessoa-PB, fonte: Pessoal 2017

Anexos VIII



Trabalho dos alunos do quarto ano em homenagem ao dia internacional da mulher dando ênfase as princesas africanas. Fonte: Pessoal,2016.

Anexos IX



Aula sobre as diversas religiões encontradas no Quilombo de Paratibe. Fonte: Arquivo da Escola. 2017.

ANEXO X



**Prefeitura Municipal de João Pessoa
Secretaria Municipal de Educação e Cultura**

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ANTÔNIA DO SOCORRO SILVA MACHADO

Projeto Politico-Pedagógico



**PROMOVENDO
A IGUALDADE**

João Pessoa, maio de 2016.

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ANTÔNIA DO SOCORRO SILVA MACHADO

AV.: ABELARDO JUREMA 277 – PB 008 – SÍTIO PARATIBE – JOÃO PESSOA – PB

escola.assm@gmail.com

Edilma Ferreira – Secretária de Educação

Jandira Pontes de Morais Sousa – Diretora Geral

Aos vinte e sete (27) dias de maio do ano de 2016, neste município de João Pessoa-PB, foi aprovado em plenária solene, com a presença dos excelentíssimos senhor Antônio da Silva (representante da Secretaria Municipal de Educação) e senhora Joseane Santos (líder quilombola), e personalidades da comunidade de Paratibe e adjacências que se servem desta instituição escolar, o presente Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Antônia do Socorro Silva Machado, para que a oriente na construção/ formação de novas gerações de PESSOAS LIVRES em amplo sentido, conforme legislação vigente.

Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas.

Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do vôo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros.

Porque a essência dos pássaros é o vôo.

Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são pássaros em vôo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o vôo, isso elas não podem fazer, porque o vôo já nasce dentro dos pássaros. O vôo não pode ser ensinado.

Só pode ser encorajado.

Rubens Alves

Ressalva

Não é 'letra morta'. É letra viva.
Não vai pra gaveta. Estará sempre disponível.
Não é água de cacimba. Será fluente.
Não serve ao esquecimento, mas lembrado com freqüência.
Não é voz de um só, mas da coletividade.
Não foi perda de tempo. É investimento!
Não alimentará a opressão. Alimentará os diálogos.
Não morrerá na praia... Viverá para ver

Será, agora e adiante,
A nossa carta de alforria!
Plínio Dias e Reinaldo

Gestora Geral

Jandira Pontes de Morais de Sousa

Gestores Adjuntos

Elisabeth da Paixão Rodrigues

Leonice Bezerra Alves

Marcos Antônio Ferreira de Sousa

Equipe Especialista

Eudacíria Fernandes de Sousa – Supervisora

Joelma da Costa Santos – Orientadora

José Elson Carvalho Lira – Coordenador de Projetos

Kelly Cristina Dumont da Silva – Psicóloga

Pedrina Sampaio Araújo – Assistente Social

Conselho Deliberativo Escolar

Ednaldo Maciel Albuquerque

Luiz da Silva Bastos Neto

Pedrina Sampaio Araújo

Eudacíria Fernandes de Sousa Belarmino

Jennifer Batista do Nascimento

Otaneide da Silva Cruz

Luciana Rodrigues Henrique Duarte

Mitchelly Ferreira Carneiro da Cunha

José Elson Carvalho Lira

Plínio Rogenes de França Dias

Saulo José Veloso de Andrade

Virginia de Freitas Santiago

Andreia de Lima Silva

Simone Silva dos Santos

Grêmio Estudantil – Gestão Nova Geração

Cícero Pereira Silva Junior

Maria Emília Bezerra dos Santos

Danilo Bismarque Santos Silva

Nathan Jhessus da Silva

Késsia da Silva Fernandes

Bruno Freitas De Melo

Ariane das Chagas Lima

SUMÁRIO

1. [Valores que nortearão nossa escola](#) (*fundamentação teórica, princípios pedagógicos*)
.....
2. [Cartografia da escola](#) (*contexto social, geográfico, histórico, humano, étnico, religioso; problemas; equipe*)
.....
 - 2.1. [a territorialidade](#)
 - 2.2. [A escola, física e profissionalmente](#)
 - 2.3. [Percepção dos problemas](#)
3. [Missão](#) (*objetivo geral e objetivos estratégicos*)
...
4. [Metas](#) (*como queremos estar em dois anos*)
 - 4.1. [Metas administrativas](#)
 - 4.2. [Metas pedagógicas](#)
 - 4.3. [Metas extensionistas](#)
 - 4.4. [Metas culturais/ de eventos](#)
 - 4.5. [Metas estruturais/ arquitetônicas](#)
5. [Fabricação de práticas, desvendando caminhos e repensando ações](#)
 - 5.1. [Metodologias](#)
 - 5.2. [Projetos](#)
 - 5.2.1. [Quilombolas](#)
 - 5.2.2. [Evasão e repetência: olhar na escola e suas interfaces](#)
 - 5.2.3. [Mais Educação](#)
 - 5.2.4. [Alimentação Saudável](#)
 - 5.2.5. [Gincana junina e jogos](#)
 - 5.3. [Calendário Escolar 2016](#)
6. [Estruturação e finanças possibilitadoras](#)
7. [Últimas expectativas](#)
8. [Bibliografia](#)
9. [História da construção deste documento](#) (*anexos, atas, registros pessoais, fotos*)
 - 9.1. [Antecedentes: problemas de 2015 e anteriores;](#)
 - 9.2. [A semana quilombola em novembro/2015](#)
 - 9.3. [Formação continuada](#)

9.4. Plenárias do PPP

1. Valores que nortearão nossa escola

Na história a mudança é lenta, mas ininterrupta, e as (des)continuidades ou as rupturas da cultura humana na terra até hoje não deixam dúvidas de que o progresso floresce na diversidade e na pluralidade. Negar isso é limitar-se diante de um mundo complexo e dinâmico. A mudança não pede licença e pouco importa se ela nos desagrada. Ela acontece, muda o que parecia imutável, e em seguida deixa para Clio o registro daquilo que será visível do contrário. O tempo, senhor do tempo, joga para o esquecimento do imutável aquilo que não se dobra.

É com essa consciência que surge este instrumento de mudança em nossa escola municipal Antônia do Socorro Silva Machado. Uma vez que não se pode construir escola sem um mínimo pensamento no futuro. Não se pode educar sem uma profunda, racional e crítica esperança. E também não se pode estar em atividades de ensino e aprendizagem sem a compreensão básica de que somos moldados pelo diálogo com os educandos, com a comunidade, com a realidade.

Porque a escola havia de permanecer, entre nós, isolada do ambiente, como uma instituição enquistada no meio social, sem meios de influir sobre ele, quando, por toda a parte, rompendo a barreira das tradições, a ação educativa já desbordava a escola, articulando-se com as outras instituições sociais, para estender o seu raio de influência e de ação? (AZEVEDO et al, in: Revista Histedbr. 2006. p. 189)

Tal provocação data de mais de oitenta anos: é do importante “Manifesto dos pioneiros da educação nova”, que já em 1932 nos propôs a necessidade de pensar as escolas brasileiras dentro de um projeto voltado ao contexto e para ele pensar os problemas e propor mudanças. Daí que concluímos que nosso **primeiro valor-guia** é: **a escola deve ser aberta à realidade da comunidade que se serve dela.**

Essa atitude não pode ocorrer fora de princípios democráticos que interfiram na gestão, ensino e formação de professores. Nossa tradição e estrutura política marcadas pelo autoritarismo deixou raízes muito perversas no cotidiano de nossas micro e macro-relações de poder construídas nos discursos e posicionamentos. Ouvir o outro, garantir-lhe a fala, cumprir a vontade da maioria, tratar a criança como ser de cidadania, reconhecendo-lhe direitos... são meios básicos de se construir democracia através da escola.

O historiador Phillipe Ariès no seu trabalho História social da criança e da família (1981), inscreve a modernidade como criadora da infância tal como nós a concebemos; diferentemente do contexto medieval, quando não se tinha uma preocupação em construir um lugar para esses pequenos. Escola era um depósito para menores abandonados nos vastos campos medievais,

lugar onde a escolarização não se preocupava em construir um saber diferente, até porque o saber era controlado pela Igreja Católica, que funcionava como agente punitivo a todo e qualquer homem ou mulher que imprimisse algum caráter de mudança.

A partir do século XVI, uma série de revoluções imprimiu caráter novo à sociedade: as Grandes Navegações, o alargamento do mundo com a descoberta das Américas, as artes e literatura humanistas, a reforma protestante, a invenção da imprensa por Gutenberg facilitando a tradução de livros e a disseminação da alfabetização, a expansão do comércio... fizeram surgir a figura de um 'sujeito pequeno' que não mais precisava trabalhar, como outrora no medievo, mas precisava se escolarizar para conduzir os negócios de suas famílias. A ausência de discurso para essa fase da vida do homem denunciava agora toda necessidade de construir discursos para pensar justamente essa fase da vida humana. Nascia a infância tal como concebemos.

Segundo Walter Kohan (2004), é também a modernidade que inventariou uma pedagogia normalizadora para a escola, criando uma escolarização para esse espaço. Uma pedagogia cientificista racionalizadora da relação entre ensinar e aprender, buscou nos conventos católicos o modelo de escolarização a ser construída. Michel Foucault, em *Vigiar e Punir*, mostra que o nascimento da prisão (1987) problematiza o adestramento em que a escola exerce sobre o corpo da criança, sobre a disciplina a ser exercida sobre as séries das séries a serem seguidas pedagogicamente, sobre as atividades, os horários e os conteúdos. Ela diz o que a criança quer, o que ela precisa, enclausurando-a numa identidade pré-fabricada. Essa visão europeia construiu o sujeito moderno baseado num Eu branco, heterossexual e racional (mas fortemente cristão). Esse modelo também deveria ser ensinado e buscado pelas instituições de ensino moderno e assim alcançou e se estabeleceu no Brasil desde 1500.

Não foi pensando em outro perfil de ser humano que se construiu escola no nosso país durante esses cinco séculos. As civilizações indígenas, que poderiam ter orientado nosso modo de inserção na natureza e nossas concepções de família, trabalho e religiosidade, foram expulsas da terra e da própria condição de humanidade. À medida que os habitantes originais iam sendo escravizados e retratados como exóticos 'animais', nossa ancestralidade indígena foi se perdendo, os saberes de convívio foram sendo proscritos e a língua foi sendo mesclada de maneira irreconhecível. A identidade se perdeu. Toda a educação brasileira tem sido, nesse sentido, uma invasão cultural.

Resgatar tanta coisa que se perdeu é inexorável, mas os anos de consolidação da lei 10639/2003 já mostram que a tentativa nesse sentido pode auxiliar na formação de uma nova geração de brasileiros e brasileiras mais abertos ao diálogo e conscientes da cidadania ampla, que setores da sociedade atual teimam em reconhecer. Assim sendo, o **segundo valor-guia** que elegemos para nossa escola é: **A construção da cidadania na escola pressupõe gestão democrática e ensino crítico que respeite a diversidade, sem restrições de credo, cor ou sexualidade.**

Desses dois princípios acima expostos, surgem todos os outros valores que serão defendidos a seguir. Como se descreverá mais adiante, a forte inserção da nossa escola num território de origens quilombolas e o atendimento de crianças e adolescentes dessa comunidade impõe-nos a urgência de, partindo da lei 10639/2003, ampliar o quadro de abrangência do que se poderia denominar ‘saberes da africanidade’.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 10.639/2003 alterou a Lei nº 9.394/1996, em seus artigos 26 A e 79 B, que incluiu em todo Currículo Escolar de Ensino da rede Pública e Privada a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, dando ênfase nas disciplinas de Educação Artísticas, História e Literatura. Seguindo essa política de afirmação da Identidade¹ Negra/Indígena, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), no ano de 2009, aprovou o Plano Nacional para a Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação étnico/racial, e no ano de 2012, o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Conselho Educação Brasileira (CEB) emitiram parecer em junho de 2012, e Resolução em agosto de 2012 regulamentando a Educação Quilombola em todo Território Nacional.

Sendo assim, dar visibilidade, nos conteúdos curriculares, às lutas dos negros como também ao seu capital cultural, econômico, social e político é, antes de tudo, reconhecimento da importância desses sujeitos na formação da sociedade brasileira, em especial pessoense. A Escola Ordinária precisa dialogar com a ‘realidade’ contextualizada e multicultural, sendo uma escola atuante, promotora das práticas criativas e inventivas do seu próprio conhecimento, ao mesmo tempo, promovendo uma autorreflexão na sua avaliação.

(...) acreditamos poder contribuir para a construção de uma educação que seja geradora de cidadania; que atenda e respeite a diversidade e peculiaridade da população brasileira em questão, que respeite e observe o repertório cultural da população negra e o relacione com as práticas educativas inclusivas existentes.

Quando pensamos a fundo nesse modelo, fica para nós a impressão de que toda uma concepção de conhecimento é que deve ser repensada. Um estudo um pouco apurado de vocabulário, de semiótica, de história e geografia da África e do Brasil africano, de botânica e medicina popular, de religiosidade, de geometria dos ícones e tantos outros campos de pesquisa já permitiria perceber que o mergulho nesse universo representa uma séria transformação nos nossos modos de encarar a realidade. Para além disso, seria possível também repensar toda uma metodologia de ensino e técnicas de aprendizagem do conhecimento em geral.

Será necessário incorporar ao nosso cotidiano, portanto, um conjunto de práticas que tentem recuperar (ainda que limitadamente) o próprio modo de ser e de aprender das comunidades de resistência africanas e afrodescendentes. De início, **estabelecer os diálogos na**

¹ Pensamos identidade como elementos, em que o sujeito constrói elementos de identificação, a partir do seu cotidiano.

forma da circularidade, envolvendo os agentes da aprendizagem num modo de interação mais dinâmico e expressivo. Os povos ancestrais que se imbricam nas nossas esquecidas raízes desenvolviam-se intelectualmente segundo essa concepção, mesmo que talvez nem tivessem consciência da importância disso. Um fato é que, enfileirando, a escola tradicional escondeu seu viés controlador aprendido com o militarismo secular.

Se não quisermos mais ser escola tradicional, precisaremos também **adotar posturas mais lúdicas**, não só para apoiar a aprendizagem, mas principalmente para a formação de novos seres, capazes de se autocompreenderem e de responderem com criatividade aos desafios do cotidiano. Segundo Janet Moyles:

Ser criativo requer tempo e imaginação, o que está disponível para a maioria das crianças. Mais importante, ser criativo requer autoconfiança, algum conhecimento, receptividade, senso de absurdo e a capacidade de brincar. Tudo isso faz parte da infância, e muito disso precisa ser estimulado com mais vigor no contexto da escola e da educação (2002, pág. 93).

Nossas crianças tem brincado pouco, nossa escola não tem parquinho para brincadeiras ao ar livre, os jogos estão muito bem preservados, quase sem utilização, bolas são escassas e nos incomodamos excessivamente com brincadeiras dentro da sala de aula, quando não conseguimos nem distinguir uma brincadeira sadia, que nasce de uma necessidade humana, mesmo que ‘atrapalhe’ uma aula, de uma brincadeira de mau gosto, que nasce do estímulo competitivista exagerado que predomina na sociedade capitalista.

E brincar é ponte para a percepção do corpo, que na nossa sociedade, é tolhido e considerado profano. Talvez por isso sejamos uma sociedade tão doente, uma vez que tachamos muitos comportamentos como ‘doentios’. E dá-lhe punição. E dá-lhe timidez. E dá-lhe depressão. Um corpo em desequilíbrio não aprende de forma plena. A própria ciência já percebeu que passamos tempo excessivo sentados e que isso pode representar o início de doenças que se multiplicam com a má alimentação e a prática rara de atividades físicas. É preciso dar espaço para esse corpo se soltar, se expressar, e de quebra, se autoconhecer e conhecer uns aos outros. Não sabemos nos tocar, dar as mãos, olhar nos olhos, abraçar ou dançar junto. Portanto, nossa escola precisa **vivenciar a corporeidade plena**.

E então chegamos a um dos valores mais difíceis de trazer para o coletivo: nas religiões africanas e afrodescendentes, o corpo é sagrado. Por isso, dança-se para os orixás e espíritos caboclos que quando se manifestam, pregam valores positivos para a humanidade, como paz e perdão. Mas infelizmente, seja por incompreensão ou interesse econômico, é mais recomendável demonizar essa outra religiosidade, propagando o preconceito e a intolerância. **A educação quilombola que almejamos prega o respeito a todas as religiões**, o que inclui permitir que os jovens conheçam-nas em suas práticas e princípios. “Quem ensina a odiar também é capaz de ensinar a amar”, assim pregou Nelson Mandela. Mas só se ama a quem se conhece plenamente.

Apenas afirmar que respeitamos a religião do outro ainda não é ensinar a amar ao próximo, pois é preciso ainda que haja abertura para conhecê-lo e aprender com ele.

Contrária às ilusões de segurança e comodidade do mundo moderno eurocêntrico, essa postura de conhecer, respeitar e amar ao próximo exige, por conseguinte, uma intensa imersão comunitária. A partilha, a compreensão, o diálogo, a experiência comum, vão dando sentido ao convívio e proporcionando a superação do caos interno e externo do ser humano. Na África do Sul, em virtude da luta contra o *apartheid*, propagou-se uma complexa palavra zulu e xhosa para designar esses saberes intrínsecos da coletividade: *ubuntu*. Segundo Nelson Mandela, "ao contrário do homem branco, o africano quer o universo como um todo orgânico que tende à harmonia e no qual as partes individuais existem somente como aspectos da unidade universal" (in Wikipédia). **Essa consciência nos move à construção de uma escola comunitarista.**

Para isso, as formas de transmissão dos saberes escolares precisam ser igualmente repensadas. Alimentamos todos os dias um modelo em que o saber considerado 'legítimo' só pode ser transmitido pelo professor através do veículo escrito que é o livro. **A partilha dos saberes, a construção pela dúvida e pela curiosidade, o reconhecimento da capacidade de aprender com o outro, a propagação das experiências... enfim, são conhecimentos igualmente legítimos e provavelmente muito mais significativos que os saberes escolares tradicionais, pois seu principal veículo é a oralidade.** A fala é instrumento poderoso. Mas é mais do que instrumento. É a própria forma de estar no mundo. As culturas tradicionais africanas vinculam a religiosidade, a compreensão da natureza e a manipulação das coisas conforme a sua fala. Para Petit,

Torna-se um grande desafio fazer da cosmovisão africana e da tradição oral, conteúdos curriculares, uma vez que os programas escolares têm sido, até agora, sempre eurocêntricos, baseados em princípios até mesmo antagônicos aos das culturas negras. (2015, p. 110)

Portanto, dizermos que nossa escola é quilombola e trabalha a africanidade é um discurso que deve ser proferido com precaução. Porque isso implica em integrar um conjunto de princípios que precisam ser (re)construídos cotidianamente e, por isso, devem tomar o lugar de outros princípios que estão enraizados por séculos em nosso ser e fazer.

No Brasil para além dessas condições cientificista/eurocêntrica, nós ainda tivemos uma das práticas mais violentas do mundo durante os trezentos anos de escravidão. Os negros eram expropriados da África e vinham em condições mínimas para as fazendas e cidades brasileiras (desde 1531) com o início da ocupação portuguesa; com a Lei Áurea (13 de maio de 1888) os homens escravizados foram jogados na rua sem nenhuma perspectiva de algum direito ou ressocialização na sociedade brasileira. Paralelo a 'liberdade' dos homens e mulheres

escravizados, ganhava força no Brasil a eugenia² debate que circulou a sociedade brasileira até 1945 com o fim do estado Novo. Vários médicos, professores, juristas, jornalistas defendiam e divulgavam modelos cientificistas para enclausurar esses homens, mulheres e crianças negras em condições de inferioridade. Para fugir dessas atrocidades, primeiramente da escravidão e no segundo momento da invisibilidade social promovida pela princesa 'bondosa' os homens e mulheres se refugiavam em quilombos para que só assim eles pudessem viver e perpetuar sua cultura.

Só em 1988, com as lutas de resistências desses sujeitos sociais, brasileiros e brasileiras silenciados em sua pele e inscritos pela sua cor tiveram pela primeira vez o seu direito reconhecido, na Constituição Federativa do Brasil que determinou o reconhecimento do direito da demarcação das terras Quilombolas.

Art. 216. Inciso V. 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Disposição Transitórias – Art. 68 – Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhe os títulos respectivos (Brasil, 1988)

O reconhecimento do Território implica múltiplas dimensões no espaço público de direitos desses sujeitos que a eles foram negados na história brasileira. A escola foi mais um elemento real cessado à população negra em sua maior parte, além de disseminarem em seus currículos conteúdos silenciadores da cultura africana, afro brasileira e indígena na formação identitária brasileira. Esse fato concreto afasta a escola da sua real missão no contexto social, que é garantir igualdade de direitos entre os sujeitos sociais, ou seja, promover a igualdade racial, combatendo uma prática racista, violenta e excludente visível em números e estatísticas.

Na historiografia o quilombo foi tratado apenas como 'reduto de escravos fugitivos', e durante o período escravocrata (1531-1888); no entanto, esse discurso interessado, articulado e disseminado silenciou uma luta que segundo Nascimento (1989) é a 'busca espacial' muito mais dinâmica, na construção de um território que é social e histórico, através da manutenção e reprodução de um modo de vida culturalmente próprio.

Daí que a inserção num território que vai além dos limites físicos e está impregnado de relações culturais exige uma coerência radical para com as concepções de todos os aspectos do saber. Essa coerência entre ideia e prática nos será cobrada.

Quanto mais complexas se tornam as relações entre educação, conhecimento, cotidiano escolar, cultura escolar e processo educativo, mais intrigante se torna o campo do fazer cotidianamente a escola. Acrescentamos a essa complexidade citada, acima, a Educação

² Corrente cientificista europeia que pretendia branquear a raça, nomeando o negro como um ser inferiorizado na sociedade. Essa teoria foi usada amplamente na Alemanha Nazista e também no Brasil durante o governo de Getúlio Vargas.

Quilombola, ou seja, uma equação, não matemática, porém não menos difícil: fazer a Escola Antônia do Socorro Silva Machado uma “**escola quilombola**”, adequada à Lei 10.639/03.

Inaugurar caminhos/olhares/direções para se pensar/fazer pedagógico numa comunidade Quilombola em Paratibe passa por dois momentos decisivos: o primeiro é o da reflexão e o segundo o da ação, não necessariamente dicotomizados, mas em movimento, que nos apropriamos e nomeamos de práxis. Segundo Freire (2001),

Práxis é uma teoria do fazer, e nesse momento, precisamos exatamente isto: ousar fazer um caminho, na forma de diretrizes sem querer, de forma alguma, que este seja o caminho absoluto. (p.30, 1987)

Mas, então, como podemos ser escola quilombola se os espaços de aprendizagem são limitadores e servem a um conhecimento racionalista eurocêntrico? Como podemos ser escola quilombola se não conhecemos a comunidade a quem servimos e, dela, não extraímos a essência do nosso trabalho?

Para isso, três dimensões de conhecimento precisam ser colocadas em primeiro plano na nossa atuação:

Primeiramente, **é preciso reconhecer, interagir e promover com os saberes da ancestralidade** que se perpetuam na comunidade e que de alguma maneira, vinculam-se a uma tradição ainda mais antiga, africanamente íntima, a quem devemos inúmeras tecnologias e formas de convívio com a natureza.

Em segundo lugar, **resgatar a memória**, desconstruindo imagens fortes que minimizem a importância do negro na sociedade. Segundo professora Aldenice, de nosso corpo docente, “é preciso parar de vincular a imagem do negro apenas à ideia de escravo e buscar, mais além, uma imagem de guerreiro” (fala espontânea). Essa luta constante no terreno das microrrelações há de ter implicações na auto-estima e na forma de falar de si mesmo. Certa vez, um aluno negro afirmou em uma aula: “eu não tenho nenhum passado na África”. Reconstruir isso é imperativo.

Em terceiro lugar, **desenvolver práticas em que a corporeidade seja sagrada e veículo da inserção no mundo**. Toda a cultura negra é profundamente enraizada no corpo, em rituais, nas danças, na pintura corporal, na postura em geral. A dança, em especial, caracterizada pela circularidade, representa elos e catarses que, em última instância, são a própria essência africana. De nossas matrizes africanas, herdamos quase todos os grandes ritmos dançados e jogados, de maneira que o pertencimento cultural brasileiro não seria o mesmo sem tal contribuição. Segundo Petit,

O movimento, particularmente a dança, aproxima o corpo a Deus. Sendo o nosso corpo um altar sagrado da criação, é preciso dançar para receber a divindade na forma de energia da natureza, é essa energia que estabelece a necessária comunicação. A dança ritualiza o natural e realiza, junto com a musicalidade dos instrumentos e da voz, o encantamento da vida. (...) a dança é também o que nos faz transcender a dor, a angústia, a injustiça, a humilhação, a tentativa de redução e

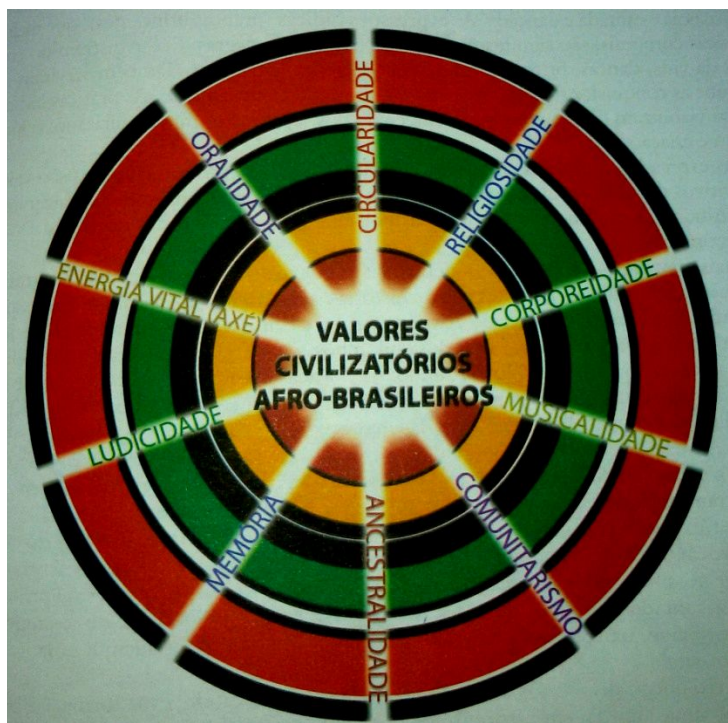
de aniquilamento, lembrando-nos de quem somos, gerando a força espiritual que engrandece, potencializa e sacraliza. (2015, p. 73-4)

Há, portanto, que se construir uma rotina pedagógica permeada pela cultura popular como cirandas, cocos, afoxés, capoeiras, sambas e muitas outras manifestações que convidem ao reencontro socio-histórico-espiritual. A **musicalidade** deve estar presente nessa formação e **promover a motivação necessária ao movimento**. Todas as formas sonoras percussivas serão bem vindas e incentivadas. E é surpreendente a forma natural e intensa como alguns alunos tocam. Não reconhecer essas habilidades e não promovê-las para que os jovens dêem seguimento a seus talentos é um grande crime que uma escola pode praticar.

Grave erro que, por fim, implica em não constituir um ambiente harmônico, vivo e integralizador, carregado de esperanças e de axé. **Propagar o axé, ou energia vital**, é portanto, o derradeiro valor a se construir na nossa escola, pois o ambiente todo vive e se ressignifica onde há vontade de se estar.

As práticas vitais (energia vital, axé), que possibilitam os acontecimentos, as transformações e as realizações. O princípio do axé é a vontade de viver e aprender com vigor, alegria e brilho no olho, é crença na força do presente, na realização da vida. Tudo é possibilidade para quem é guiado pelo axé, a força vital. (FLORES et al, 2011, p. 14)

A mandala a seguir resume bem os valores acima expostos:



2. Cartografia da escola

2.1. a territorialidade

O Brasil tem 2.228 comunidades remanescentes de quilombo e, destas, tem 49.722 estudantes matriculados em 364 escolas. No Nordeste são 30.789³. Em João Pessoa, temos 1.200 alunos aproximadamente. O público quilombola está presente em quase todos os estados da Federação⁴, dividido em grupos rurais, em sua maioria, e nos grupos urbanos com características muito próprias. Nesse cenário, duas perspectivas são dadas: a primeira é que as escolas quilombolas já estão dadas pelo próprio território, a segunda perspectiva é que as escolas, não necessariamente por serem construídas dentro dos territórios quilombolas, dialogam com a cultura africana, afrobrasileira e indígena. São duas perspectivas completamente diferentes que incidem diretamente no fazer cotidianamente quilombola.

Para isso, pensar, realizar e construir o Projeto Escola Quilombola de Paratibe, da Escola Municipal Antônia do Socorro da Silva Machado (desde novembro de 2015) é, antes de tudo, demarcar um lugar de resistência diante de uma prática de escolarização dita ‘moderna’, branqueada e europeia.

A Fundação Palmares⁵ – instituição governamental constituída – em 2006, apropriando-se do estudo realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)⁶, decidiu pelo reconhecimento da comunidade de Paratibe em João Pessoa-PB, concedendo o título de Reconhecimento de Remanescentes de Quilombola⁷, constituindo o primeiro passo do processo legal.

A Escola de Ensino Fundamental Municipal Antônia do Socorro Silva Machado foi fundada no ano de 1972, e recebeu o nome da sua fundadora, que lhe concedeu o terreno e também as primeiras paredes no sítio Paratibe⁸. À época da fundação da escola, a discussão sobre o ‘território quilombola’ estava restrita a poucos espaços, não era visível aos olhos da sociedade brasileira. Hoje, vemos que essa restrição a gabinetes era antes de tudo uma estratégia racista, segregada e silenciosa, extremamente eficaz que levava à negação de direitos: saúde, educação, trabalho digno, moradia insalubre, invisibilidade social. Daí que o reconhecimento do INCRA em

³ Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2004)

⁴ Fontes: Navarro, 2005.

⁵ Em 22 de agosto de 1988 fundada a Primeira Instituição Pública voltada para a promoção e preservação da arte da cultura afro-brasileira.

⁶ O decreto nº 4.887/2003 pelo Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário por intermédio do seu instituto INCRA, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras quilombolas.

⁷ Conceito quilombola: espaço reconhecido pela Constituição Brasileira de 1988.

⁸ Paratibe em 1986 era zona rural da cidade de João Pessoa PB.

2006 implica no início da demarcação do território quilombola da comunidade, o que passa a dar identidade ao corpo social comunitário e, conseqüentemente, à escola. Mas até a última versão do PPP desta instituição, o silenciamento identitário continuava.

Com a inscrição identitária dada pelo corpo social, diante da demarcação do território, iniciou-se o projeto de construção para além do dado, do inscrito, o 'ser Quilombola'. Para isso, pontuamos dois momentos: o primeiro é quando a experiência toma o lugar, e o embate do inventar/construir o cotidiano escolar quilombola da Escola Antônia do Socorro Silva Machado ganha visibilidade e dizibilidade⁹, principalmente a partir de 2015. O segundo aspecto relevante é a necessidade expressada pela líder local comunitária Joseane Silva, de um espaço escolar que reconheça e (re)afirme a identidade negra, uma vez que a mesma atende a esses sujeitos sociais e que precisam ter garantida a prioridade de sua matrícula.

Daí que elegemos a construção deste Projeto Político-Pedagógico como marco para enfrentamento do silêncio sobre a identidade negra no currículo, no conteúdo, no material didático pedagógico e no discurso. Um PPP que venha a (re)elaborar a prática docente produtora de um novo risoma¹⁰ social local.

A escola Municipal Antônia do Socorro Silva Machado está localizada na rua Jacarandá, 277, PB 008 Paratibe João Pessoa Paraíba, região que vive uma transição entre o rural e o urbano. Por isso mesmo, com necessidades em várias áreas de atuação social refletindo para/além o processo de ensino/aprendizagem. Ela foi construída no Território Quilombola atendendo a sua população em idade educacional. Para além, atende também a comunidade do Sítio Muçumagro, Praia do Sol, Praia Barra de Gramame, Nova Mangabeira, Parque do Sol e o Conjunto Sonho Meu.

2.2. A escola, física e profissionalmente

A LDB/1996 no artigo 13, sobre os docentes diz:

1º no primeiro paragrafo - Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

2º segundo paragrafo afirma: Elaborar e cumprir planos de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

No Artigo 14/1996 ficam estabelecidos que: os sistemas de ensino definirão as normativas e a gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

⁹ ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. A Invenção do Nordeste e outras artes. São Paulo: Cortez; Recife: Massangana, 2001.

¹⁰ GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. Micropolítica: cartografias do desejo. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000

I – Participação de toda comunidade escolar, na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP);

II – Participação dos Conselhos: escolar e deliberativo.

A estrutura física assim pode ser descrita:

- espaços em térreo e primeiro andar, gradeados;
- treze (13) salas de aulas pouco ventiladas apesar de abertas (o que as deixa muito barulhentas, pois os ruídos internos e externos registram mais de setenta e cinco decibéis, inviabilizando muitas aulas) e com problemas elétricos,
- um (01) laboratório de informática (com computadores sem uso ou quase todos quebrados, ar condicionado quebrado e equipamentos de robótica em bom estado);
- uma (01) biblioteca bastante abastecida de livros novos e usados (teóricos, didáticos e paradidáticos, com vários volumes desorganizados sobre cultura africana e afrobrasileira),
- uma (01) Sala de direção climatizada (com armários, geláguia, computador, máquina xerox, monitor de câmeras de segurança),
- uma (01) sala de professores (ventilada, com janelas e portas quebradas, com armários, estante de brinquedos e livros desorganizados, além de geladeira),
- uma (01) sala de especialistas (pequena, com armários e duas mesas, sem ventilação e com luz apenas artificial),
- uma (01) sala de atendimento educacional especializado (AEE – climatizada, com computadores, estantes, tapetes e brinquedos),
- uma (01) cantina (dois ambientes de cozinha limpa mas pouco espaçosa e sem armários, o que obriga a guardar as panelas no chão, com fogão industrial, três freezers e pias em bom estado), ao lado de um banheiro, o que precisa mudar, para garantir segurança alimentar aos alunos.
- um (01) refeitório (com mesas e bancos coletivos, espaço para refeição de aproximadamente oitenta crianças),
- Dezessete (17) banheiros (desses, dois (02) são adaptados para deficientes físicos, seis (06) em más condições de higiene para os alunos, dois (02) mal aparelhados na quadra, um (01) não utilizado no refeitório),
- uma (01) secretaria com excesso de documentos, não mais comportados nos armários,
- um (01) ginásio poli esportivo momentaneamente interditado, com iluminação precária e com refletores que podem cair a qualquer momento,
- um (01) jardim frontal bem cuidado,
- áreas abertas mal utilizadas, principalmente um pátio com areia, descoberto, (quase que totalmente exposto a sol e chuva, exceto pelo espaço de sombra proporcionado por um cajueiro que fica ao lado da fossa do refeitório),

- um (01) almoxarifado com dois ambientes não arejados,
- um (01) quarto de depósito de materiais e
- um (01) estacionamento com precária acessibilidade e limitação de espaço a cerca de dez carros, insuficiente para a demanda de veículos dos profissionais e visitantes.

A escola atende às modalidades de Ensino Infantil, Ensino Fundamental I e II e Educação de Jovens e Adultos (EJA) com Ciclo Alfa, Ciclos I, II, III e IV, nos turnos da manhã, tarde e noite. As vagas e matrículas estão assim distribuídas:

Série	Média regulamentar de alunos	Quantidade de alunos atendidos
Pré II – duas turmas	mínimo 20 e máximo 25	Turma A: 30 Turma B: 29
1º ano - duas turmas	mínimo 20 e máximo 30	Turma A: 29 Turma B: 31
2º ano - duas turmas	mínimo 20 e máximo 30	Turma A: 36 Turma B: 36
3º ano - duas turmas	mínimo 20 e máximo 30	Turma A: 38 Turma B: 38
4º ano - três turmas	mínimo 30 e máximo 40	Turma A: 30 Turma B: 28 Turma C: 30
5º anos – três turmas	mínimo 30 e máximo 40	Turma A: 35 Turma B: 34 Turma C: 36
6º ano – quatro turmas	mínimo 30 e máximo 45	Turma A: 37 Turma B: 39 Turma C: 38 Turma D: 38
7º ano – duas turmas	mínimo 30 e máximo 45	Turma A: 45 Turma B: 45
8º ano – duas turmas	mínimo 30 e máximo 45	Turma A: 43 Turma B: 42
9º ano – duas turmas	mínimo 30 e máximo 45	Turma A: 31 Turma B: 29
EJA Alfabetização	mínimo 15 e máximo 35	Turma A: 21
EJA Ciclos I e II -	mínimo 15 e máximo 35	Ciclo I: 29 Ciclo II: 36

EJA Ciclo III e IV -.	mínimo 20 e máximo 40	Ciclo III A: 20 Ciclo III B: 18 Ciclo IV A: 16 Ciclo IV B: 18
-----------------------	-----------------------	--

No total, estamos atendendo a 1.005 (mil e cinco) alunos regularmente matriculados. No quadro acima, destaca-se que o número de alunos em algumas turmas de Fundamental I estão superlotadas, consistindo problema grave, pois segundo Miguel Arroyo, “hoje, as crianças e adolescentes são outros. Mais sofridas, machucadas, feridas, pela sociedade. Quando a criança está tão ferida, machucada e sofrida, a escola não pode ser a mesma, o professor não pode ser o mesmo, e o número de alunos não pode ser o mesmo. Quando nos vamos convencer disso? (...) Dependendo da gravidade, o professor deverá atender menos alunos, como é com os médicos, quando precisam atender pacientes com mais gravidade.” (fala em entrevista no canal TV Paulo Freire, no Youtube).

Cerca de 300 (trezentos) alunos são declarados como quilombolas, ou seja, 30% dos discentes. Porém quando falamos de alunos negros esse número sobe para 80% dos discentes matriculados, ou seja, a maioria da clientela escolar.

A gestão é formada por Jandira Pontes Morais de Sousa (Diretora Geral), Elisabeth Paixão Rodrigues (Adjunta da Manhã), Maria Leonice Bezerra Alves (Adjunta Tarde) e Marcos Antônio Ferreira de Sousa (Adjunto Noite).

A equipe de professores por disciplinas: **Artes** são Amanda Caline da Silva Omar, Leandra de Souza Alves, José Reinaldo Tavares de Souza e Nadja Mendonça Lira; disciplina de **Ciências** são Ricardo Sérgio Alexandrino Soares, Rubens Cardoso de Lima, Yara Maria de Carvalho Brito; disciplina de **Educação Física** são Ednaldo Maciel Albuquerque, Eriko Silva, Josefa Patrocínio Nascimento, José Maurício de Figueiredo, Maria Delian de Araújo Cavalcante, disciplina de **Ensino Religioso** são Flávio de Lima Carvalho e Maria do Socorro Silva Miranda; disciplina de **Geografia** são Andreia Silva Nascimento e Jonatas de Medeiros Maia; disciplina de **História** são Janyse Régia Batista Santos e Nadiane Chaves Pereira de Holanda; disciplina de Inglês Felipe Santos dos Reis; disciplina de **Matemática** são Emmanuel Ferreira de Albuquerque, José Carlos de Paiva e Luiz da Silva Bastos Neto; disciplina de **meio ambiente** Fábio Tavares Rocha; disciplina de **Português** são Adely Carla de Lima Santos, Ana Maria Imperio Pontes, Gilvania do Monte Barreto, Plínio Rogenes de França Dias; Professores **Polivalentes** Aldenice Domingos Soares, Betânia Maria Figueira Fonseca, Dalvanira dos Santos, Francisca Maria de Assis Silva, Lucimar Meireles Oliveira, Luciana Rodrigues Henrique, Maria Cristina Pereira de Aguiar, Maria Dislene Soares de Oliveira, Maria José da Silva, Maria Silvana Maciel, Mitchelly Ferreira Carneiro da Cunha, Rosilanea Niedja Soares da Costa, Sandra Ataíde da Silva, Sandra Vanessa Ferreira

da Silva, Saulo José Veloso de Andrade, Virna Vasconcelos Lopes, Virginia de Freitas Santiago. Dois professores **readaptados** são Evanilda da Paixão Rodrigues e Iremar Ramos de Lima e Professora da **sala de recursos multifuncionais** Ivaldete Rodrigues Fernandes.

Conta com o quadro de equipe de **especialistas**: Eudaciria Fernandes de Sousa Belarmino (Supervisora), Joelma da Costa Santos (Orientadora), José Elson Carvalho Lira (Coordenador de Projetos), Kelly Cristina Dumont da Silva (Psicóloga) e Pedrina Sampaio Araújo (Assistente Social). É muito importante ressaltar que esse número de especialistas é insuficiente para a demanda de toda a escola em seus três turnos, sendo necessários ao menos mais um(a) supervisor(a); um(a) psicólogo(a) e um(a) assistente social

Auxiliar de Secretaria/Auxiliar de Administração/Agente Educacional é formado por tais colaboradores: Manhã: Cineide Vieira Lima, Eliane Candeia da Silva e Maria de Lourdes Araújo dos Santos. Tarde: Adriana Maria Reis de Lima, Cintia Maria Medeiros e Jennifer Batista do Nascimento. Noite: Bruno Cavalcanti de Oliveira.

Auxiliar de Serviços Gerais (número insuficiente): Ivanilda Santos Alves da Silva, Ivanilce da Silva Santos, Michele Kelly Herculano Frazão; **Cuidadora do EJA** Rita de Cássia Pontes Moraes de Sousa; **Inspetor de Alunos (número insuficiente)** Paulo Rogério Lima dos Santos, **Supervisor de Merenda** Erika Rovenia Teles de Almeida, **Merendeiras**: Andreia de Lima Silva, Angelica Gonçalves da Silva, Alessandra Costa Barbosa, Cícera da Costa Santos, **Monitor de Informática** Otaneide da Silva Cruz; **Vigilantes** Ivanildo da Silva Santos, Genildo da Silva dos Santos, Luciano Antônio da Silva, Paulo Souza das Neves; **Coreografa da banda** Aniele Maria Batista dos Santos; **Regente da Banda** Rafael Amaro Mendes de Souza; **Cuidadores** Ivaneide Moura de Oliveira, Lucilene Braz Correia, Maria das Neves Rodrigues e **Professor Comunitário** Ozaneide Cruz Lourenço da Silva, Claudiane Duarte Silva

2.3. Percepção dos problemas

Em geral, há uma grande falta de estrutura – profissional e material – em toda a escola. A falta de espaços de lazer das crianças e adolescentes tem levado a verdadeira inviabilidade de trabalho, inclusive porque as salas recebem grande número de ruídos do lado de fora. Temos uma estrutura elétrica e sanitária precária, fazendo-nos correr riscos. Temos várias salas escuras e quentes, o que inviabiliza a aprendizagem. A prefeitura tem se comprometido a reformar as instalações elétricas, hidráulicas e construir mais duas salas, mas essa reforma tem sido adiada há meses a despeito de toda uma pressão do ministério público e da comunidade.

A grande carência de profissionais especialistas, funcionários de serviços gerais e fiscais de corredor é outro grave problema estabelecido em nossa estrutura e prejudica em grande parte o funcionamento, sobretudo no turno da manhã.

A partir dessas constatações, fica muito perceptível que um dos principais motivos da defasagem de aprendizagem de muitos alunos é justamente a carência material e profissional da instituição, sendo possível identificar alunos ainda analfabetos no quarto, quinto ou sexto anos do fundamental, sem contar com o analfabetismo funcional, fenômeno ainda mais complexo de se registrar.

Os alunos também foram interrogados sobre sua opinião geral quanto às condições da instituição. Redações coletadas no ensino fundamental II, com o tema “o que falta em minha escola?” foram redigidas, de maneira que pudemos tomar uma amostra aleatória de cinquenta textos. Destes, apenas dez fizeram alguma menção a aspectos positivos da escola, indicando principalmente as condições gerais do espaço (7 menções), o ensino dos professores (4 menções), a alimentação (1 menção) e a qualidade do material de expediente distribuído (1 menção).

Porém, como a redação solicitou mais especificamente os problemas, seria de esperar que eles fossem mesmo mais destacados. De maneira que, do universo representativo de 50 redações, os problemas citados nelas, por quantidade de menções, são:

Percepções críticas dos alunos sobre a escola - ano 2016	
quadra e mais equipamentos esportivos	32
computadores / aulas de computação	27
pintura e manutenção nas paredes e no teto	26
mobília das salas	21
Banheiros	16
portas, grades e janelas das salas e outros ambientes	16
condição das salas	15
conscientização dos alunos	15
Ar condicionado	13
condições da alimentação / organização na hora do lanche	10
Farda	10
aulas com mais recursos	10
aulas de campo	10
organização e manutenção do acervo da biblioteca	9
inovações como wifi	8
Bebedouros	7
mais segurança	7
mudanças nos horários/ intervalo ser mais longo	6
aulas de dança, canto e teatro	6
mais projetos sociais	4
variedade de modalidades nos jogos	4
direção com mais autoridade	4
outro currículo	4

Postura e respeito dos professores	4
inovação como horta e jardim	4
falta de água e condições dos bebedouros	2
professores e funcionários sobrecarregados	2
mais limpeza	2
inovações como rádio	1
lazer: bancos e brinquedos no parque	1
mais arte dos alunos nas paredes	1
câmeras de segurança	1
Bicicletário	1
Mais projetos do grêmio	1
aulas de robótica	1
inovação como laboratório de química	1
inovação no ensino de matemática	1
mais instrumentos musicais	1
ouvir mais os alunos	1
integração do ensino médio na escola	1
inovação: armários para os alunos	1
Total da amostra	50

O quadro acima pode servir como importante elemento para a priorização na hora de implantar as mudanças e melhorias almejadas. Atender ao público a que nos destinamos é, sem dúvida, uma prioridade, traçada no primeiro valor deste documento.

3. Missão

A Escola Antônia do Socorro Silva Machado estabeleceu para ao longo do ano corrente de 2016, algumas propostas a serem seguidas no sentido da implementação da lei 9.639/2003 em todos os seus espaços. Lutar contra a discriminação étnico racial, combater o preconceito e (re)afirmar uma identidade valorativa aos nossos alunos quilombolas será a nossa maior meta para este ano vindouro. Assim, em linhas gerais nossa missão será:

PROMOVER EDUCAÇÃO DE QUALIDADE ATRAVÉS DA VALORIZAÇÃO DA IGUALDADE, DA DIVERSIDADE E DO COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO SOCIAL SUSTENTÁVEL DA COMUNIDADE.

4. Metas

4.1. Metas administrativas

- Limitar nas salas de aula o número de alunos conforme as diretrizes municipais de ensino;
- Adequar o regimento e o currículo da escola à forma da lei 10639/03 e o “parecer” de 2012.
- Reivindicar à Secretaria Municipal de Educação, com gravidade, a ampliação do corpo profissional específico para atender aos três turnos de funcionamento da escola: vigilantes, inspetores, supervisores, assistentes sociais, psicólogos, orientadores educacionais, serviços gerais.
- Ampliar os espaços de participação das famílias da comunidade, reivindicando sua crescente colaboração e responsabilidade.

4.2. Metas pedagógicas

- Promover práticas e ações que levem em consideração o processo de ensino-aprendizagem dos conteúdos pertencentes ao currículo oficial e específico quilombola, levando em consideração as especificidades e necessidades do corpo discente e da comunidade escolar.
- Cada professor deve implantar no mínimo uma vez por semana uma prática circular em sala de aula. Com periodicidade quinzenal ou mensal, promover outros tipos de vivências circulares com toda a escola.
- Garantir aos professores apoio pedagógico efetivo, por meio de mais profissionais capacitados, que dêem suporte didático-pedagógico de qualidade, pontuando nos planejamentos as reais necessidades do corpo discente e docente.
- Construir e estruturar um currículo quilombola.
- Produzir material teórico e didático, fomentando a pesquisa e o crescimento intelectual da equipe.
- Realizar formação continuada específica para a realidade afrobrasileira e quilombola, como forma de adequação à lei 10639/2003.

4.3. Metas extensionistas

- Elevar a participação da família através de atividades integrativas.
- Ampliar o acesso de organizações e grupos externos na execução de atividades temáticas.
- Reduzir em no mínimo 50% o índice de repetência.

- Diminuir em no mínimo 40% o índice de evasão nas turmas da EJA e 15% nas do fundamental II
- Promover a cultura de paz e da tolerância, combatendo a violência física e simbólica na escola. Criar círculos de diálogo e moderação.

4.4. Metas culturais/ de eventos

- Realização de uma mostra cultural quilombola.
- Incentivo ao protagonismo e exposição de talentos artísticos dos/das estudantes.
- Produção de vídeos para o fomento da educação e identidade afrobrasileira. Os primeiros deverão ser: uma releitura do clip de Mama África, de Chico César; e um documentário resgatando a história da comunidade.
- Ampliar a participação da comunidade nos eventos da escola.
- Promover a visita cultural dos alunos a outras comunidades escolares e espaços urbanos e rurais (teatros, museus, galerias, concertos eventos de cultura popular, etc.).
- Registrar e gravar as músicas que foram produzidas pelos membros da comunidade escolar.
- Criar uma identidade visual para a escola.
- Ampliar a musicalidade nas reuniões da escola.

4.5. Metas estruturais/ arquitetônicas

- Construção de um anfiteatro para atividades artísticas e interativas.
- Aquisição e melhoria dos equipamentos de som e instrumentos musicais, sobretudo, de percussão.
- Implementar efetivamente a coleta seletiva.
- Ampliar a iluminação da parte frontal da escola, dando visibilidade significativa e aumento na sensação de segurança.
- Realizar grafitagens permanentes nos ambientes coletivos da escola, a começar pelo refeitório.
- Construir um ambiente mais agradável no que diz respeito a barulhos excessivos, além da poluição visual e sujeira nas paredes (pichações).

5. Fabricação de práticas, desvendando caminhos e repensando ações

5.1. Metodologias

Repensar os paradigmas eurocêntricos nos quais somos formados todos os dias é, antes de tudo, transformar a nossa escola num espaço de resistência dentro dessa sociedade capitalista, ditadora de normas indutoras da coisificação da identidade dos negros e de todas as populações de baixa renda, inscrevendo-os apenas em índices de violência corriqueiros nas várias cidades brasileiras. Sendo assim, o primeiro passo é o reconhecimento, no nosso Projeto Político-Pedagógico, desses jogos de poder e fazer eurocêntricos. Nossa luta é construir um novo olhar para se fazer uma escola quilombola. Segundo as Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2006),

Vivemos num país com grande diversidade racial e podemos observar que existem muitas lacunas nos conteúdos escolares, no que se refere às referências históricas, culturais, geográficas, linguísticas e científicas que dêem embasamento e explicações que possam favorecer não só a construção do conhecimento, mas também a elaboração de conceitos mais complexos e amplos, contribuindo para a formação fortalecimento e posituação da auto-estima de nossas crianças e jovens. (Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais p. 54)

Perseguindo estratégias pedagógicas para viabilizar/inscrever uma nova prática no espaço escolar, dividimos os bimestres em quatro eixos norteadores. Para isso, serão realizados trabalhos dentro da sala de aula e socializados em quatro momentos distribuídos como culminância previamente planejada para cada final do bimestre escolar. A primeira unidade temática é Território, história e memória; na segunda unidade é Identidade, sujeito e circularidade; na terceira unidade Sustentabilidade, corpo e sociabilidade e a quarta unidade é (des)caminhos da cultura e afirmação da negritude. Segundo Alessandro Amorim,

Acreditamos que a força propulsora de um trabalho educacional que venha diminuir essa diferença, instituindo uma sociedade equitativamente justa, está no reconhecimento e na valorização do pertencimento étnico-racial dos brasileiros. Para que a população negra possa se ver positivamente, propomos, de acordo com a luta histórica dos movimentos sociais negros, que a sua história possa ser visibilizada, conhecida e apropriada por alunas negras e alunos negros e que, também, os não negros possam ter acesso a uma educação básica de novo tipo. (AMORIM, Alessandro. Et al., 2011. Pág. 12)

A construção de materiais didático-pedagógicos próprios para nossa comunidade Quilombola de Paratibe envolverá conteúdos do local, da relação entre o texto e o contexto, fazendo-se necessário para dialogarmos dentro da sala de aula, valorizando aspectos sócio-culturais da comunidade. Dar ênfase na produção de um repertório didático-pedagógico

próprio da escola, construído pelos alunos e orientado pelos professores, agentes da comunidade e especialistas da escola reforçará a aprendizagem, valorizará e dará significado na construção da sua identidade. Todos irão mapear as possibilidades de conteúdos, a partir da experiência local estimulada e vivenciada pelos mesmos, construindo estratégias que visibilizem a produção de um novo currículo não racista e que tenha o aluno como agente protagonista da sua história.

Fabricar livros com histórias do quilombo, CD com músicas no tema ou com artistas negros, DVD com atividades desenvolvidas sobre histórias da comunidade, grupos musicais e de teatro com temáticas estudadas em sala de aula. Essa (re)invenção do currículo amparado pelo Parecer pra Educação Quilombola de 2012, pretende (re)fazer as lacunas produzidas por esse exercício de poder eurocêntrico no espaço escolar.

5.2. Projetos

A inserção da escola num regimento municipal promove-nos ao cumprimento de critérios que têm ficado cada vez mais rotinizados e conscientes. O amadurecimento da pedagogia de projetos na Antônia do Socorro Silva Machado é uma tônica que vem sendo percebida desde o final do ano anterior, com o sucesso do Projeto Quilombola. Trata-se, agora, mais de uma opção do que de um dever para com o Escola Nota 10. No entanto, embasa-nos a criterização deste programa da Secretaria Municipal de Educação, por entendermos que é salutar a avaliação das ações focadas em ensino interdisciplinar e enfrentamento de problemas do contexto e do cotidiano.

Assim, a concepção de nossos projetos buscará atender: 1. Cumprimento dos prazos de entrega de Projeto e Relatório; 2. Qualidade dos textos quanto ao conteúdo e forma de apresentação; 3. Coerência temática e originalidade na abordagem; 4. Envolvimento da comunidade escolar em todos os seus segmentos e modalidades; 5. Coerência entre os objetivos e os resultados alcançados.

5.2.1. Quilombolas

Trata-se do principal projeto da escola, com culminância no mês da consciência negra, mas com previsão de vários eventos bimestrais integrados, com replanejamento constante. O projeto Quilombolas visa a fortalecer a identidade de matriz afrodescendente, refletindo a partir do eixo temático **territorialidade e patrimônio**, resgatando a memória e fortalecendo a economia do quilombo.

Durante os eventos constantes do projeto, vários convidados se apresentam e também assistem às atividades artísticas preparadas pelos alunos com a orientação dos professores. Músicas, danças, peças e exposições são o foco do evento de culminância. A religiosidade e alimentação também são focadas tematicamente.

5.2.2. Evasão e repetência: olhar na escola e suas interfaces

A melhoria dos índices do Rendimento Escolar é um aspecto que perpassa por dois velhos conhecidos de quem faz educação: a **evasão** e a **repetência**. Por isso, focamos este projeto na palavra “olhar”, pois olhar a escola não é apenas observar o que lhe é visível a olho nu, mas todavia, perceber as nuances que dão corpo aos problemas recorrentes nas escolas, e que muitas vezes estão encobertos nas ações do cotidiano, dificultando assim a percepção destes elementos.

Só um olhar crítico pode fazer avaliação e construir aprendizagem significativa, pois, co dizer de um de nossos professores (que não quis se identificar), “percebo em cada aluno expressões verbais e corporais de um ser meio ‘perdido’ em se tratando dos alunos do fundamental II”. Mas se refletirmos bem, esse ser ‘meio perdido’ acumula suas inconsciências desde bem pequeno, nas suas múltiplas relações que o silenciam e o impedem de letrar-se. Nossa realidade é alarmante e exige ações radicais.

Por isso, no âmbito deste projeto, iremos promover as seguintes ações: Apresentação do Projeto a comunidade Escolar; Elaboração e aplicação de questionário com os docentes para conhecer e registrar os principais motivos que provocam a Evasão e Repetência na Escola; ampliar as práticas de Letramento (leitura e escrita para os alunos com dificuldades no processo ensino aprendizagem; Realizar o estímulo e elevação da auto-estima, com homenagens mensais aos alunos, como forma de valorização e motivação dos alunos que apresentarem boa frequência mensal, seguida de exposição de fotos; Provocar maior atuação do grêmio estudantil, na promoção do protagonismo junto aos agentes multiplicadores, com o objetivo de acompanhar as atividades desenvolvidas em sala de aula, bem como minimizar os conflitos existentes entre eles; Evidenciar a escola como um “Espaço Jovem”, com grupos focais, tendo como objetivo compreender as necessidades individuais dos educandos, considerando os aspectos de biopsicossociais; Promover uma exposição de vídeos educativos com o tema Evasão e Repetência Escolar, e debate com os educandos;

5.2.3. Mais Educação

No contraturno, são atendidos cerca de 150 alunos no Mais Educação, pela manhã e à tarde. Este ano, serão ministradas oficinas de informática, dança afro, grafite, quadrinhos, reforço

escolar, além da banda escolar. Diferentemente de anos anteriores, temos buscado este ano promover maior integração do Mais Educação às atividades ordinárias da escola. As oficinas deste projeto também terão culminância no Projeto Quilombolas.

5.2.4. Alimentação Saudável

Voltado às reflexões cotidianas sobre a alimentação, segurança alimentar e desenvolvimento social, a alimentação na escola tem se revelado importante preocupação para a qualidade de vida das populações de baixa renda. Na Antônia do Socorro, o Projeto de Alimentação Saudável, por ser um dos primeiros projetos do ano, ainda tem encontrado dificuldades de se estabelecer. Vários professores o constroem em sala de aula, com discussões quanto à composição dos produtos, vantagens nutricionais, economia local, patologias relacionadas à má alimentação, etc. Porém, o projeto ainda não consolidou uma culminância coletiva integradora nos três turnos de funcionamento da escola.

5.2.5. Gincana junina e jogos

Dois eventos de grande motivação para os alunos, que favorecem suas capacidades físicas e sociais, e que se integram plenamente à realidade cultural dos alunos. Nesses dois projetos, o incentivo à competitividade é equilibrado com valores da cooperação e do respeito ao próximo. Na gincana junina, as provas abordam criatividade, liderança, expressão corporal. Já nos jogos, as equipes em quadra também recebem a motivação da torcida de suas turmas, favorecendo a identidade e auto-estima. No ano de 2015, a única modalidade dos jogos foi o futsal, mas nossa equipe tem buscado reestruturar a proposta do projeto para agregar jogos tradicionais dos povos indígenas e africanos.

5.3. Calendário Escolar 2016

- 02 e 03 de Fevereiro 2016 - Planejamento dos Professores;
- 11 de Fevereiro – Início da I Unidade: Território, história e memória.
- 28 – 31 de Março Semana: da ‘alimentação Quilombola’;
- 31 de Março - Culminância da I unidade;
- 08 de Abril Prazo para entrega das avaliações para xerox;
- 14 de Abril – Avaliações de História e Artes;
- 15 de Abril – Avaliações de Educação Física e Geografia;
- 18 de Abril – Avaliação de Português;
- 19 de Abril – Avaliações de Ciências e Inglês;
- 20 de Abril – Avaliação de Matemática;

- 02 de maio – Reunião dos Pais.

- 25 de Abril – Início da II unidade: Identidade, sujeito e circularidade:
- 06 de Maio – Dia das Mães EJA;
- 07 de Maio – Festa do Dia das Mães;
- 22 de Junho Culminância da Unidade;
- 07 de Julho – Prazo para entrega das avaliações para xerox;
- 11 de Julho – Avaliações de História e Artes;
- 12 de Julho – Avaliações de Educação Física e Geografia;
- 13 de Julho – Avaliação de Português;
- 14 de julho – Avaliações de Ciências e Inglês;
- 15 de Julho – Avaliação de Matemática;
- 22 de Julho - Reunião com os Pais.

- 19 de Julho - Início da III Unidade: Sustentabilidade, corpo e sociabilidade;
- 12-14 de Agosto – Jogos Internos Escolar Manhã – Tarde;
- 15 – 19 de Agosto – Semana de Educação pra Vida;
- 19 de Setembro – Avaliações de História e Artes;
- 20 de Setembro – Avaliações de Educação Física e Geografia;
- 21 de Setembro – Avaliação de Português;
- 22 de Setembro – Avaliações de Ciências e Inglês;
- 23 de Setembro – Avaliação de Matemática;
- 30 de Setembro – Culminância da Unidade;
- 03 de Outubro Reunião com os Pais.

- 25 de Setembro Início da IV Unidade: (des)caminhos da cultura e a afirmação da negritude;
- 12 de Outubro Gincana em comemoração ao dia da Criança manhã e tarde;
- 20 de Novembro – Culminância da IV Unidade;
- 25 de Novembro – Reunião com os Pais;
- 28 de Novembro – Avaliações de História e Artes;
- 29 de Novembro – Avaliações de Educação Física e Geografia;
- 30 de Novembro – Avaliação de Português;
- 01 de Dezembro – Avaliação de Ciências e Inglês;
- 02 de Dezembro – Avaliação de Matemática;
- 07 de dezembro Formatura do ABC e 5º Ano;

- 11-15 de Dezembro - Provas Finais
- 15 de Dezembro – Formatura do EJA;
- 16 de Dezembro – Formatura do 9º ano;
- 19 de Dezembro – Conselho de Classe.

6. Estruturação e finanças possibilitadoras

O recurso financeiro da escola atende a legislação nacional em vigor; provém do Ministério da Educação e Cultura (MEC) através de repasse direto pelo Programa Dinheiro na Escola (PDDE) e também através do Programa Mais Educação (programa que incentiva a modalidade de ensino integral).

Para execução e administração do dinheiro público na escola está a Gestão Geral e sua equipe de gestores, Equipe pedagógica e os Conselhos Deliberativo e Escolar. Os repasses de recursos são feitos à Unidade Executora (UEX), composta pelos membros Jandira Pontes de Moraes de Sousa, Mitchelly Ferreira Carneiro da Cunha, Leonice Bezerra Alves, Sandra Vanessa Ferreira da Silva, Luiz da Silva Bastos Neto, Otaneide da Silva Cruz.

7. Últimas expectativas

Ao invés de tecermos considerações finais, optamos por usar este espaço para agregar várias vozes que, durante todo o processo e até a reta final, se manifestaram a partir da crença numa transformação. Sem essas vozes, não haveria Projeto Político-Pedagógico e, conseqüentemente, não haverá ação para o futuro. Muito temos falado nos últimos dias em momentos históricos que estamos passando na escola. Isso se deve ao fato de que compreendemos a importância e capacidade revolucionária da ação transformadora que estamos tentando promover.

Promover uma Educação em Direitos Humanos em um espaço que por muito tempo silenciou a respeito destes direitos é uma tarefa difícil. Nesse processo, necessário se faz a presença de todos, da comunidade, das famílias, dos estudantes e de uma equipe educacional que valorize e apoie uma gestão democrática. Essa transformação é possível e imprescindível para que possamos efetivamente conquistar e praticar uma educação libertadora, crítica, inclusiva

e consciente, que não desenvolva um saber descontextualizado e alheio ao sujeito histórico que o cerca. (Nadiane Chaves, professora)

Acredito que queremos uma escola que vise à participação de todos que formam a comunidade. Que pais, alunos e docentes encontrem espaço para desenvolverem suas atividades de forma democrática, inclusiva e participativa.... Percebo no outro a capacidade de superar os seus próprios limites desde que este encontre meios e se sinta motivado para isso. (professora que não se identificou)

A escola que queremos é realmente uma escola de igualdades, de novos valores onde todos possam se respeitar e se entender com dinamismo, alegria e veracidade. Nós só poderemos educar melhor quando nós internalizarmos que o outro é extremamente importante no nosso convívio, que nós somos o reflexo. (Maria Silvânia Maciel, professora)

Temos uma escola que está em busca das mudanças necessárias que conduzam a construção de uma coletividade de fato e que não esteja baseada apenas em discursos. A escola que queremos contempla a diversidade na prática e não no só no discurso. (professora que não se identificou)

Eu acredito que temos uma escola composta por profissionais ávidos por transformações, sobretudo no que concerne à autopercepção dos aprendizes sobre sua própria constituição identitária. O contexto no qual nossa escola está inserida é caracterizado por uma série de problemas e obstáculos, claro. De fato, os problemas e obstáculos vivenciados tanto pelos profissionais quanto pelos próprios aprendizes não são, em nenhuma medida, diferentes dos problemas que assolam a sociedade brasileira (e até mesmo mundial!) De modo geral: desde problemas estruturais no espaço físico da instituição – o que, por sua vez, leva a salas lotadas, quentes, etc. – até problemas que emergem a partir de comportamentos inadequados de aprendizes, para mencionar apenas alguns dos impasses enfrentados. Não obstante, a preparação e a união dos profissionais propiciam formas eficientes para lidar com situações problemáticas. Eu acredito que nossa escola encontra-se num percurso repleto de desafios – uma característica que tem marcado a história da educação, com efeito! – e, a fim de continuarmos nossa jornada, é preciso que haja empoderamento e participação da comunidade e, sobretudo, abertura e preparação para trabalhar as rupturas, descontinuidades e também incertezas. (Felipe Santos dos Reis, professor)

Hoje depois de dez anos na escola, ver aquele momento acontecer, momento de construção do nosso PPP, me senti orgulhosa de poder ver a mudança. Antigamente sabíamos que existia mas que era apenas um documento engavetado. É com muito orgulho que faço parte dessa equipe maravilhosa e uma gestão aberta pra coisas novas... Avante Escola Antônia do Socorro, equipe unida onde se vê conquistas... Minha tia Antônia iria ficar orgulhosa de tudo que está acontecendo. (Joelma da Costa Santos, orientadora, sobrinha da fundadora)

Até julho do ano passado nós professores não tínhamos essa abertura de podermos participar de confecções de documentos era tudo muito oculto e muitas vezes nem saberíamos o que estava se passando dentro da instituição escolar. Com a Nova gestão, os professores e a equipe técnica sentem-se à vontade para participar da construção de qualquer documento. E espero que isso facilite o nosso trabalho para melhoria dos nossos alunos. (Elizabeth da Paixão Rodrigues, diretora adjunta)

Escola ideal não existe. Existe escola organizada. Para se ter uma boa escola, uma escola organizada onde se tenha muito aprendizado, é preciso sair a força da gestão... Nossa escola está precisando de ventiladores,... sala de informática,... aulas de robótica,... ginásio, ...rádio, ...mais salas, ... A reforma era para abril, de abril passou para maio, de maio para junho... Até quando vamos ficar assim? Nós alunos temos o direito de exigir uma boa qualidade de aula, estudar em boa escola, pagamos impostos caros por isso... Temos direito de exigir algo. Dizem que nós temos que esperar. Esperar o quê? Estamos sem condição nenhuma de ter aula desse jeito. (Maria Emília, aluna do nono ano – texto editado).

Se eu falasse que minha escola está boa, estaria mentindo. Vamos lá, faltam professores que estejam nesse ramo não só para ensinar letras, números, línguas, países e cultura, mas sim para ensinar o amor, ensinar tudo isso, mas não são todos. Não é fácil sair de casa e passar cinco horas aqui e ser tratada como apenas um aluno. Tenho vocês professores como tios. Precisamos de amor nas escolas. Isso serve pros alunos também, professores também precisam de amor. (Geissy, aluna do 8º ano)

Percebo este processo desde seu início em 2015, quando cheguei, como uma oportunidade de desafio e de conseqüente crescimento para a Escola. O PPP surge como uma luz que nos orienta ao encontro e construção de uma Educação baseada no protagonismo da Comunidade Quilombola de Paratibe. (Janyse Régia Santos, professora)

Eu ainda não tinha conhecido uma escola tão preocupada com a escola. Ainda não tinha conhecido uma equipe tão comprometida com todos os aspectos da escola em que trabalha. (Ivonildes Fonseca, professora da Universidade Estadual da Paraíba, ministrante do módulo religiões afro-brasileiras e indígenas no curso de formação continuada.)

Como se pode perceber, entre as várias opiniões coletadas de alunos e de professores, temos grandes desafios que nos levem a equilibrar a descrença e o descaso com os anseios e a esperança. Temos uma grande responsabilidade pela frente. Só o tempo nos mostrará o que realmente haveremos de conquistar.

8. Bibliografia

AMORIM, Alessandro M.; FLORES, Elio C.; HONOR, André C.; LIMA, Maria da Vitória B.; CHAGAS, Waldeci F. **A África está em nós: história e cultura afro-barsileiras/ Africanidades paraibanas**. João Pessoa: Grafset, 2011.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARROYO, Miguel. Entrevista ao canal TV Paulo Freire - Youtube (10/10/2014). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uXit_UQTp3w

AZEVEDO, Fernando; et al. **Manifesto dos Pioneiros da Educação de 1932**. In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. (coleção memória e sociedade).

Brasil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (2003)**: corpo doutrinário que rege a Educação Pública e Privada no Brasil

CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. 2 ed. São Paulo: Editora Forense, 2000.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

FLORES, Elio Chaves. Et al. **A África este em Nós** vol. 1 – Africanidades Paraibanas. João Pessoa: Graffset, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir; história das prisões**. Editora Cortez: Petrópolis, 1987.

FREIRE, Paulo & SHOR, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

KOHAN, Walter. **A infância entre educação e filosofia**. Belo Horizonte: autêntica, 2003.

MOYLES, Janet. **Só Brincar? O papel do brincar na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PETIT, Sandra. **Pretagogia – Pertencimento, corpo-dança afroancestral e tradição oral africanana formação de professoras e professores**. Fortaleza: EdUECE, 2015.

WIKIPEDIA. **Ubuntu (filosofia)** (verbete). Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ubuntu_\(filosofia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ubuntu_(filosofia)) . acesso em 30/04/2016.

9. História da construção deste documento

9.1. Antecedentes: problemas de 2015 e anteriores;

Segundo vários relatos, a escola Antônia do Socorro registra, como em muitas outras instituições, histórias de construção antidemocrática e gestão centralizadora. Vários professores contam que ideias diferentes não eram consideradas e que havia muitas ‘conversas de bastidores’ dentro da equipe, o que desagregava uma construção escolar voltada efetivamente ao público a que se destina. Isso se reflete no PPP anterior a este, que não fazia qualquer referência a questões ligadas ao público quilombola e ao atendimento à lei 10639/2003. Segundo análise da professora Nadiane Chaves, de nosso corpo docente,

Analisando o texto do PPP 2014/2015, seus objetivos e propostas implementadas, verificamos, assim, a lacuna da perspectiva da identidade quilombola que a escola necessitaria apresentar. Esse silêncio pode ser observado na ausência de abordagens que referenciam a comunidade quilombola local, na omissão dos próprios regulamentos e normas que abordam tal problemática e na ausência de projetos escolares adequados à realidade da comunidade, bem como na própria bibliografia que exclui importantes especialistas e autores que debatem as temáticas étnico/raciais e quilombolas. Assim passamos a refletir como uma unidade escolar que pratica tal omissão pode concretizar efetivamente o objetivo que se propõe a cumprir- o de dinamizar a participação da comunidade local? (em artigo que ainda será publicado)

Em meio a tal silêncio, o ministério público foi acionado pela comunidade e isso promoveu visibilidade para a nossa escola, o que ainda não foi totalmente suficiente para sanar aspectos urgentes da situação precária da escola e sua inadequação à lei 10639/2003.

No ano de 2015, com a consolidação da gestão da professora Jandira e a entrada de uma equipe renovada de concursados, uma série de eventos de transição foram acontecendo, fortalecidos por vários prestadores de serviço comprometidos. Por vezes, a escola passou-se aos alunos e à comunidade como desorganizada, mas houve grande lapso de tempo sem professores e funcionários naquele ano. Ora faltava professor de matemática, ora faltava professor de ciências, etc. Faltava também fiscalização nos corredores. Muitos alunos gazeavam aula dentro da própria escola. Fossa estourada, salas escuras e quentes, pioradas pelo barulho de alunos nos corredores, ajudavam a criar um clima antipedagógico em nossa escola. Além disso, houve (e ainda há) o acúmulo de funções pelos vários profissionais, como bibliotecária colocando alunos para dentro de sala, professor fazendo limpeza e diretora adjunta controlando entrada e saída, entre outras situações que desgastam os profissionais.

Felizmente, também registram-se acontecimentos que começaram a fomentar uma nova cultura na escola: um sábado de dia das mães, produtivo e com ciranda; os jogos da escola, competitivos e pacíficos, a participação no desfile cívico e, principalmente, o projeto Quilombola.

Além disso, o conselho consultivo e fiscal foi ativado, o grêmio estudantil foi criado e iniciou sua primeira gestão, aconteceu uma mudança na distribuição de espaços físicos na biblioteca, na

sala de recursos multifuncionais e na sala de especialistas. Houve, ainda, mais abertura da gestão para o uso dos equipamentos, que antes eram mais guardados.

A equipe da escola começou a criar sinergia e cultura para a transformação. Criaram-se grandes expectativas e este documento é a consolidação delas. Talvez seja a grande chance!

9.2. A semana quilombola em novembro/2015

O cotidiano quilombola e o nosso PPP são pensados pelos agentes escolares envolvidos diretamente na escola: gestores, professores, alunos, pais/responsáveis, comunidade quilombola, agentes administrativos, pessoal de apoio, secretaria de educação do município e especialistas. Nesse momento, construir um PPP é, antes de tudo, inscrever uma nova prática para, além, do ‘control C control V’ prática comum nas escolas públicas e particulares do país inteiro. Confessamos que o projeto Quilombola 2015, Semana Raízes, Saberes e Relações Quilombolas, foi o agente unificador do nosso PPP. Ele foi a práxis citada por Freire (1987), que possibilitou alguns pontos decisivos e norteadores pedagógicos para a Escola Antônia do Socorro Silva Machado.

Pontapé inicial, com autorização e apoio da direção geral, Jandira Pontes Moraes de Sousa, foi dado no dia três de outubro de 2015, com a primeira reunião, solicitando a colaboração de toda comunidade escolar que teve como objetivo de pensá-lo e executá-lo como culminância nos dias 04, 05 e 06 de novembro em comemoração ao dia da Consciência Negra 20 do mesmo mês. Uma comissão foi formada pelos agentes Amanda Omã, Ednaldo Maciel Albuquerque, José Elson Carvalho Lira, José Reinaldo T. Sousa, José Saulo Veloso, Luciana Rodrigues Henrique Duarte, Luiz da Silva Bastos Neto, Marcos Antônio Ferreira de Sousa, Mitchelly Ferreira da Silva, Pedrina Sampaio, Plínio R. de França Dias, Sandra Vanessa Ferreira da Silva, Virna Vasconcelos Lopes, Virgínia Santiago. Contamos, ainda, com a participação inestimável do professor Antônio da Silva Coordenador do Ensino Religioso do município na preparação da semana. O evento contou ainda com uma pré-semana pedagógica, como Mesa Redonda coordenada, pelo professor José Saulo Veloso, e a participação da professora Patrícia Aragão, com a fala e a professora Socorro com a fala ‘escola do rural e escola urbana’.

A semana foi pensada e articulada em três dias, como já mencionado acima, dividida nos três horários para atender todo o nosso público, com participação de todas as turmas; os professores trabalharam temáticas africanas e afrobrasileiras no formato de oficinas pedagógicas; outros professores convidaram colaboradores da beleza da afirmação e identidade negra, como Rita Black, Inix Moraes, grupos culturais de danças, ONG Casa dos sonhos da cidade de Santa Rita, grupo do Geisel Flor de Lírio, Quilombo de Gurugi da Cidade do Conde, grupo musical Tocando a Vida, grupo de percussão EMLUR, grupo de teatro do Instituto Federal da Paraíba

(IFPB) com o espetáculo Cabe na Sacola, Negra Sou e a atração musical Escurinho. Tivemos ainda a apresentação de oficinas e/ou trabalhos realizados por nossos alunos no ginásio da escola, como danças de roda do coco, peça de teatro, gira de capoeira Paratibe em ação, desfile da beleza negra e a banda da escola.

Fotos da Semana Raízes, Saberes e Relações Quilombolas 2015: 04, 05 e 06 de Novembro 2015

Reuniões de planejamento:



Abertura: apresentação da banda:



Abertura: fala da líder comunitária Joseane



Conferencia Noite: Direitos dos Negros e dos Quilombolas: Rafaela Carneiro Representante da Secretaria da Diversidade e Promoção À Mulher:

Músico Escurinho com os alunos protagonistas do evento - O Grêmio Estudantil



Trabalhos em Oficina: Cabelo Afro e identidade negra - Rita Black:



Apresentação da ONG Casa dos Sonhos:



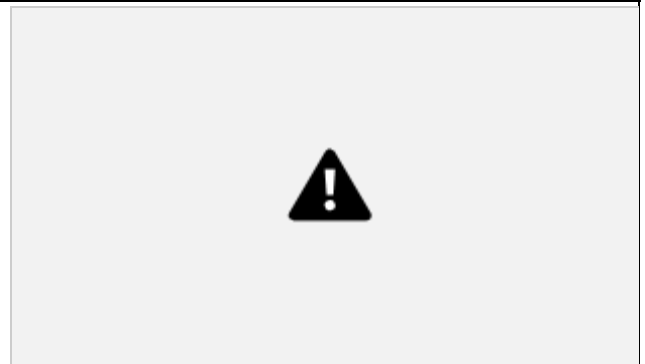
Grupo de dança da escola:



Reuniões com a secretaria rumo ao PPP quilombola:



Oficina: Alimentação Quilombola Professora Andreia e Itamara



As imagens a seguir já mostram o Projeto Quilombola acontecendo em 2016: Mostra Cultura Quilombola (5º ano), pelas professoras Aldenice e Sandra.



9.3. Formação continuada

A formação continuada “Saberes e Fazeres Afro-brasileiros e indígenas na sala de aula”, promovida na nossa escola pela Universidade Estadual da Paraíba e pela Secretaria Municipal de Educação, tem sido uma conquista essencial para a consolidação da Antônia do Socorro como uma escola quilombola. Afinal, quando começamos a nos preparar para o Projeto Quilombolas no ano de 2015, fomos pouco a pouco percebendo que a não se tratava apenas de mais um projeto com conteúdo diferenciado, mas de toda uma enorme gama de saberes coletivos e tradicionais, pouco sistematizados e não-canônicos.

Assim, a formação tem como foco: a história da África e das populações negras e indígenas no Brasil; religiões afro-brasileiras e indígenas; culturas afro-brasileiras e indígenas; Literaturas Afro-brasileiras, africanas e indígenas; além oficinas com os líderes comunitários e profissionais da área, somando-se a aulas de campo em outros quilombos da Paraíba. A coordenação do Projeto é do professor doutor Valdeci Ferreira Chagas (UEPB), e a coordenação do mesmo em nossa escola é do professor José Elson de Carvalho Lira.

Já aconteceram seis encontros de formação no ano corrente de 2016 e ainda estão previstos mais dez eventos, o que totalizará mais de setenta horas-aula de conhecimentos teóricos e práticos, construídos ou transferidos.

Imagens dos encontros de formação:	
Apresentação de alunas das professoras Aldenice e Sandra, 5º ano	Interação da equipe, criando sinestesia:
	



9.4. Plenárias do PPP

Reunião dia 22/11/2015

Com a presença maciça da equipe de professores e funcionários, com coordenação do coordenador de Projetos, professor José Elson, houve a primeira audição dos **problemas** e **avaliação** do percurso de 2015. Em seguida, o debate focou-se na importância da construção do PPP na escola, no significado político e estrutura do documento, além das expectativas pela reforma prometida pela prefeitura.

Reunião dia 14/05/2016

Após o quarto encontro da formação continuada, os professores, em quantidade representativa, coordenados pelo professor Plínio, relator final do PPP, se reuniram para discutir os valores para a educação quilombola (primeiro item deste documento). Em seguida, foram debatidas, em grupos, as **metas** para o biênio 2016-2018.

Reuniões em grupos na plenária do dia 14 de maio de 2016, para traçar as metas para o biênio:



Reunião dia 27/05/2016 – aprovação

A plenária solene foi preparada para apresentar o documento à comunidade, que compareceu de forma representativa. Pela insuficiência de espaço, os alunos não foram obrigados a ficar e muitos preferiram não participar, mas isso também proporcionou uma participação significativa e interessada. A mesa da solenidade foi composta por professores de todos os seguimentos da escola em seus três turnos, bem como o representante da Secretaria Municipal de Educação, professor Antônio da Silva, que reiterou o compromisso do prefeito em reformar a escola. Registra-se também a fala da liderança comunitária, representada pela senhora Joseane Santos, fez uma cobrança enfática da reforma estrutural da escola.

Momentos da plenária final do PPP: público de pais, alunos, professores e funcionários. Na ocasião foi dada a posse da gestão do grêmio estudantil.



Composição da mesa da solenidade, com a presença do representante da SEDEC, prof. Antônio:	Fala da líder quilombola Joseane Santos:
	
Apresentação do projeto pelo relator, prof. Plínio:	
	

ATA.

Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e dezesseis, às quatro horas, no refeitório desta escola, sob a presença da diretora geral, diretores adjuntos, professores, especialistas, funcionários, pais e alunos que compõem a Escola Municipal Antonia do Socorro Silva Machado, a assistente social Pedrina Sampaio, iniciou a cerimônia de construção do novo Projeto Político Pedagógico (PPP) desta instituição de ensino, compondo a mesa com a diretora geral, Jandira Pontes; a diretora adjunta, Maria Leonice; o coordenador de Ensino Religioso da SEDEC, professor Antonio; a especialista Eudacária, o coordenador do projeto quilombola, José Elson; a representante quilombola da Comunidade de Paratibe, Joseane; a professora Virgínia representando o turno da noite; a professora Janyse representando o turno da tarde; a professora Luciana representando o turno da manhã; e o aluno Cícero Pereira representando o grêmio estudantil. Formada a mesa, a fala foi passada para a diretora Jandira Pontes, que iniciou falando da importância do momento para a escola e agradecendo a Deus por está no comando desta. Seguiu complementando que aquele era um momento histórico, onde todos poderiam participar de forma democrática e contribuir para a construção de um documento intitulado PPP, podendo lembrar do dia 27 como um marco da história da escola que eles mesmos estavam

compartilhando. Falou ainda que convidou o professor Gilberto Cruz, diretor da Gestão Curricular, para representar a Secretaria de Educação, mas que sua pessoa não pode estar presente e dirigiu o professor Antonio para fazer a representação, contudo ressaltou que as pessoas mais importantes estavam ali presentes, os pais e demais participantes, protagonistas daquele momento. Foi passada a fala para o professor Antonio que de antemão deu boa tarde a todos, esclarecendo em seguida a ausência do Professor Gilberto e da Secretária Edilma, pois ambos estavam em uma reunião com o prefeito da nossa cidade. Aproveitou ainda para falar da importância daquela ocasião, tendo em vista a construção de um projeto político pedagógico que atende as demandas de uma comunidade da qual a escola é integrante, a comunidade quilombola de Paratibe, além de atender em média mais sete comunidades circunvizinhas, a exemplo de Muçumagro, Parque do Sol e Nova Mangabeira. Falou da importância do projeto que reforça a cidadania, o direito e a valorização do ser negro. Que após quarenta e cinco anos de fundação da escola é um momento admirável, enfatizando que em João Pessoa é a primeira escola a ser reconhecida quilombola, tendo o direito de afirmar sua política de educação e cidadania. Reiterou ainda o compromisso da Prefeitura e da Secretaria de Educação com a reforma da escola, de fazer novas sala e atender as demais reparações que se fazem necessárias. Esclarecendo que, apesar de novas escolas estarem sendo entregues, esse trabalho não é só de agora, pois tais escolas já estavam sendo preparadas no governo antecedente de Ricardo Coutinho, e que o prefeito atual está concluindo os serviços para a efetivação das entregas, a exemplo da parte da rede elétrica, da pintura, do acabamento etc. Esclarecendo ainda que a Escola Antonia do Socorro durante quarenta e cinco anos passou por transformações físicas que não atenderam às suas condições estruturais, citando o exemplo das emendas de fios o que acaba prejudicando a rede elétrica, onde já tem condicionadores de ar disponíveis para atender alguns setores da escola, mas que o engenheiro não libera devido a não comportamento da fiação que acabaria queimando os mesmos. Afirmou que as licitações estão acontecendo para a reforma e que o compromisso está garantido, mas que precisa de uma avaliação ampla. Novamente parabenizou a escola, citando que é a única escola da rede com uma formação continuada diferenciada, ressaltando as conquistas que a escola está conseguindo, assim como agradeceu a representante quilombola Joseane que está trabalhando para que as mudanças positivas aconteçam. Joseane ficou com a fala e agradeceu ao professor Antonio e a Secretária Edilma por estarem se empenhando. Mas aproveitou para esclarecer que solicitou não só a formação junto ao Ministério Público e a Secretaria de Educação, que por sua vez já está acontecendo, mas também exigiu a reforma da escola, pois não existe, segundo a mesma, aprendizado sem infraestrutura. Que está revoltada com a tardança da reforma, que o projeto está sendo feito, mas que deseja uma data firmada para a reforma, antes que a comunidade tome uma posição mais drástica, porque estão prestes a fechar a escola e chamar a imprensa, principalmente baseados nos relatos das mães. Lamentou que a Secretária de Educação não estivesse presente, mas requereu que o professor Antonio

repassasse o recado para a Secretária e o Prefeito que ambos tenham um olhar de rapidez com a situação da escola, já que estava ali os representando. Parabenizou ainda a escola e os professores, pela vontade de quererem mudança, de estarem vindo aos sábados para a formação, deixando seus afazeres domésticos e pessoais, que sabe o quão difícil é enquanto dona de casa. Solicitando ainda a colaboração dos pais, pois eles exercem o principal papel na educação de seus filhos, que estejam atentos e cooperem com a escola. A fala então foi passada para o coordenador José Elson cumprimentando a pessoa de Dona Jandira e os presentes, relando que aquilo tudo está acontecendo em prol da melhoria da qualidade de ensino dos alunos, que é um processo que já vem sendo construído, a formação e a reforma são algumas conquistas, mas que queria dizer aos alunos que isso tudo não adianta sem que eles não ocupem seus espaços na escola, assim como ressaltou que se os pais não ajudarem não terão como firmar as conquistas conseguidas, afirmando que estes precisam participar, não só para saber se o aluno tal vai bem ou não nas disciplinas escolares, mas para contribuir das diversas formas, que se interajam com a escola, que procurem saber no que podem ajudar, reconhecendo assim a força que detém em suas mãos. Esclareceu ainda que o PPP tem o objetivo de incluir todo mundo, que a Antonia do Socorro é uma escola quilombola, mas que visa dialogar com todos os tipos de culturas e religiões. O objetivo dos professores é ter a melhor escola de João Pessoa e quando todos dão às mãos a tendência é fluir para o crescimento. A fala foi passada ao professor Ednaldo, presidente do Conselho Deliberativo desta instituição de ensino, onde o mesmo cumprimentou a todos e falou que tudo é fruto de um esforço coletivo, destacando o grêmio estudantil, algo tão antigo no espaço educacional, mas que estava em desuso na escola. Esclarecendo que tal grêmio estudantil foi fruto de uma parceria em 2015 do Conselho Deliberativo, da Direção, dos professores e especialistas, aproveitando o momento para agradecer e dar posse ao Grêmio Estudantil Nova Geração, convidando o coordenador José Elson para fazer a certificação do aluno e presidente do Grêmio Cícero Pereira; convidando o diretor adjunto Marcos para fazer a certificação da aluna Maria Emília; e convidando a psicóloga Kelly Dumont para fazer a certificação do aluno Danilo Bismark. Feito isto, passou a palavra para o aluno Cícero Pereira. Este, por sua vez, agradeceu a presença de todos e especialmente agradeceu a escola pela oportunidade de poderem interagir com a vivência da escola, nos projetos etc. Aproveitou ainda para justificar a ausência dos outros três integrantes do Grêmio Estudantil Nova Geração. O professor Ednaldo mais uma vez teve a oportunidade da fala e convidou aos integrantes do Conselho Deliberativo que estavam presentes para fazer uma foto histórica junto ao Grêmio. A partir de então se desfez a mesa e a palavra foi passada ao coordenador do Projeto Político Pedagógico, o professor Plínio Rogenes. Este deu boa tarde, e revelou que era um prazer se pôr à frente e se dirigir a um público tão distinto como aqueles pais ali presentes, e relatou que a escola está envolvida há um pouco mais de um ano nesse projeto, desde o evento Raízes, Saberes e Relações Quilombolas ocorrido em 2015. Revelou ainda que

está na escola devido ao acaso e que não quer sair dela, pois sente-se construindo uma escola. Daí por diante, convidou a todos a entender o porquê que aquele momento era histórico, desvendando então que era pelo motivo de ser uma oportunidade. Disse que estavam apresentando um documento, mas que não estava concluído, pois aquele momento o concluiria. Apresentou em slide algumas partes relevantes do projeto, e de antemão sugerindo o seguinte slogan: “não se pode educar sem uma profunda, racional e crítica esperança”, e em seguida falou que é importante resgatar a localidade de Paratibe, comunidade que a escola faz parte, mesmo que esta atenda outros bairros, explanando assim a importância de valorizar seu ambiente, seu bairro e sua escola para que não surja o desejo de seus habitantes procurarem fora oportunidades que podem ser conquistadas ali. Explicou que tem que entregar o documento segunda-feira, mas que está em construção, onde todos os presentes têm a oportunidade de encaixar suas idéias. Apresentou a missão sugerida: **“PROMOVER EDUCAÇÃO DE QUALIDADE ATRAVÉS DA VALORIZAÇÃO DA IGUALDADE, DA DIVERSIDADE E DO COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO SOCIAL SUSTENTÁVEL DA COMUNIDADE”**. Falou que a orientadora Joelma estava com papeis para quem quisesse escrever sugestões, revelando que a partir de segunda-feira todos tem o direito de cobrar da escola, participar, etc. e a escola tem o dever de escutar e acatar quando cabível. Quer que todas as pessoas com suas respectivas religiões ou quem também não tem religião tenham vez, tenham representatividade, assim como aqueles com sexualidade distinta se sintam acolhidos. Apresentando os valores descritos no projeto, falou que brincar é essencial, mas a escola não tem brinquedo e nem estrutura, apesar de ter espaço para tanto, além de outros. Na parte dos desafios, revelou que os alunos colocaram seus pontos de vista no papel, e tudo foi avaliado, elucidando a importância dos ali presentes também se posicionarem. Em seguida, retratou algumas dificuldades da escola, a exemplo da existência de apenas uma especialista, uma assistente social, uma orientadora e uma psicóloga para toda a unidade de ensino, além da existência de apenas uma auxiliar de serviços gerais para o turno da manhã. Abordou ainda o caso de crianças e adolescentes que não sabem ler e do índice de desistência dos alunos da noite, revelando que para tanto foi construído um projeto contra a evasão e contra a repetência. Na parte das metas, descreveu algumas almejadas, a exemplo da limitação da quantidade de alunos matriculados por sala de aula; a construção do novo regimento e currículo da escola; a promoção de ações para que a aluno tenha o conhecimento do que é ser quilombola; e o desejo de fazer livros próprios. Finalizou pedindo novamente a fala ou escrita dos pais e alunos. Leu a sugestão de uma mãe, que se fez o pedido de funcionários, especialmente vigilantes e serviços gerais, pois expôs que quando vem deixar sua filha, estudante do 3º ano, no turno da manhã, não ver vigilante; e quanto ao horário da tarde, sugeriu a liberação dos alunos mais cedo, tendo em vista que fica esquisito e perigoso o caminho percorrido por eles na volta. Outra sugestão, impressa pelo professor Felipe, foi a abordagem da palavra diversidade mais do que a palavra igualdade no projeto, inclusive na missão da escola. Um pai sugeriu a expedição de

um ofício para o comando geral solicitando um policial para fazer a segurança da escola. A professora Sandra sugeriu que as reuniões com os pais ocorra mais cedo e com maior frequência. Exposta e trabalhada toda a pauta, o professor Plínio indagou se poderia considerar o PPP descrito como aprovado, todos levantaram as mãos concordando com o documento, a reunião foi encerrada e, após aprovação, o documento foi assinado por alguns dos presentes. João Pessoa, 27 de maio de 2016.